



GOVERNAÇÃO

**ANEXO B – APÊNDICE 1 – ADENDA C
GOVERNAÇÃO - PENSAMENTO
E AÇÃO ESTRATÉGICA**

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1- PA1206

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s)

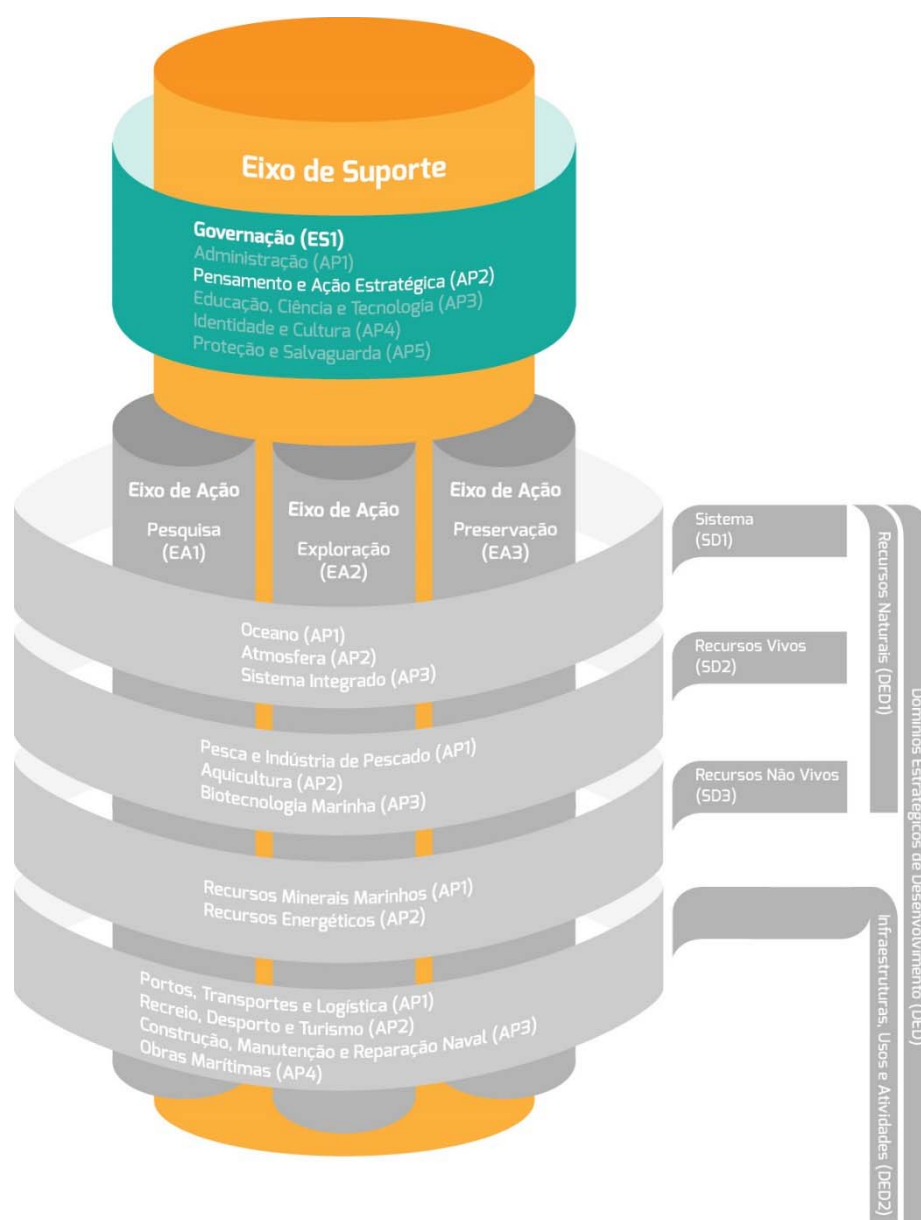
#1 – Monitorização da ENM 2013-2020, envolvendo a avaliação sistemática das ações implementadas, do ambiente externo e da articulação e harmonização das diferentes iniciativas nacionais e internacionais em curso e em preparação.

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Análise Estratégica

	Prospetiva e Planeamento
	Monitorização e Indicadores
	Serviços dos Ecossistemas
	Conta Satélite do Mar
	Análise <i>Input - Output</i>
	Política de Formação e Emprego



Programa de Ação

Análise Estratégica

P1206018 – prospetiva e Planeamento
P1206019 – Monitorização e Indicadores
P1206020 - Serviços dos Ecossistemas
P1206021 - Conta Satélite do Mar
P1206022 - Análise *Input – Output*
P1206023 - Política de Formação e Emprego

Objetivos

- Assegurar os instrumentos de apoio ao acompanhamento, atualização e avaliação da Estratégia Nacional para o Mar (ENM), bem como das medidas e políticas transversais com impacto no mar e com elas relacionadas.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério das Finanças (MF)

- Observatório do QREN
- Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Direção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa (DGAED)

Ministério da Administração Interna (MAI)

- Guarda Nacional Republicana (GNR)

Ministério da Justiça (MJ)

- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Ministério da Economia (ME)

- Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE)
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)
- Turismo de Portugal (TP)
- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Agência Portuguesa de Ambiente (APA)
- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)
- Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Docapesca

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Agência de Inovação (Adi)

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS)

- Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT)
- Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Nacional de Estatística (INE)
- Instituto do Desporto de Portugal (IDP)
- Serviços de Informações Estratégicas de Defesa (SIED)
- Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades

- Banco de Portugal (BdP)
- Fórum Empresarial da Economia do Mar (FEEM)
- OCEANO XXI
- EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa
- Universidade de Aveiro (UA)
- Instituto Superior Técnico (IST)
- Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FC-UL)
- Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE – IUL)
- Fundação Calouste Gulbenkian – Iniciativa Gulbenkian para os Oceanos (IGO)
- LIAM Maria Scientia - Univ. Católica Portuguesa
- Outras instituições representativas dos sectores da Economia e do Mar a identificar

Grupo de Conselheiros do Mar

- Peritos de reconhecido mérito da sociedade civil, com interesse em matérias da economia como setor estratégico para Portugal

Resultados Esperados

- Estudo de viabilidade de uma Conta Satélite do Mar;
- Piloto de uma Conta Satélite do Mar no contexto das Contas Nacionais do Instituto Nacional de Estatística;
- Avaliação dos efeitos indiretos e induzidos da economia do Mar através de uma análise Input-Output;
- Proposta de um conjunto de indicadores relevantes específicos para o domínio Oceano que envolva a análise das áreas socioeconómica e ambiental, e que permita uma análise da componente Oceanos em políticas transversais ou setoriais;
- Análise dos serviços dos ecossistemas numa óptica de integração nas políticas públicas para o mar
- prospetiva e análise crítica da monitorização da sócio-economia do mar e de outros indicadores de desenvolvimento sustentável, em Portugal;
- Constituição de um grupo informal de conselheiros do mar.

Calendarização

2013-2016

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE

Financiamento Comunitário:

DG-MARE (IMP 2012-2013), FEAMP (para eventuais projetos/atividades de cooperação), FEEI, Horizonte 2020

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1- PA1206-P1206018

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #1

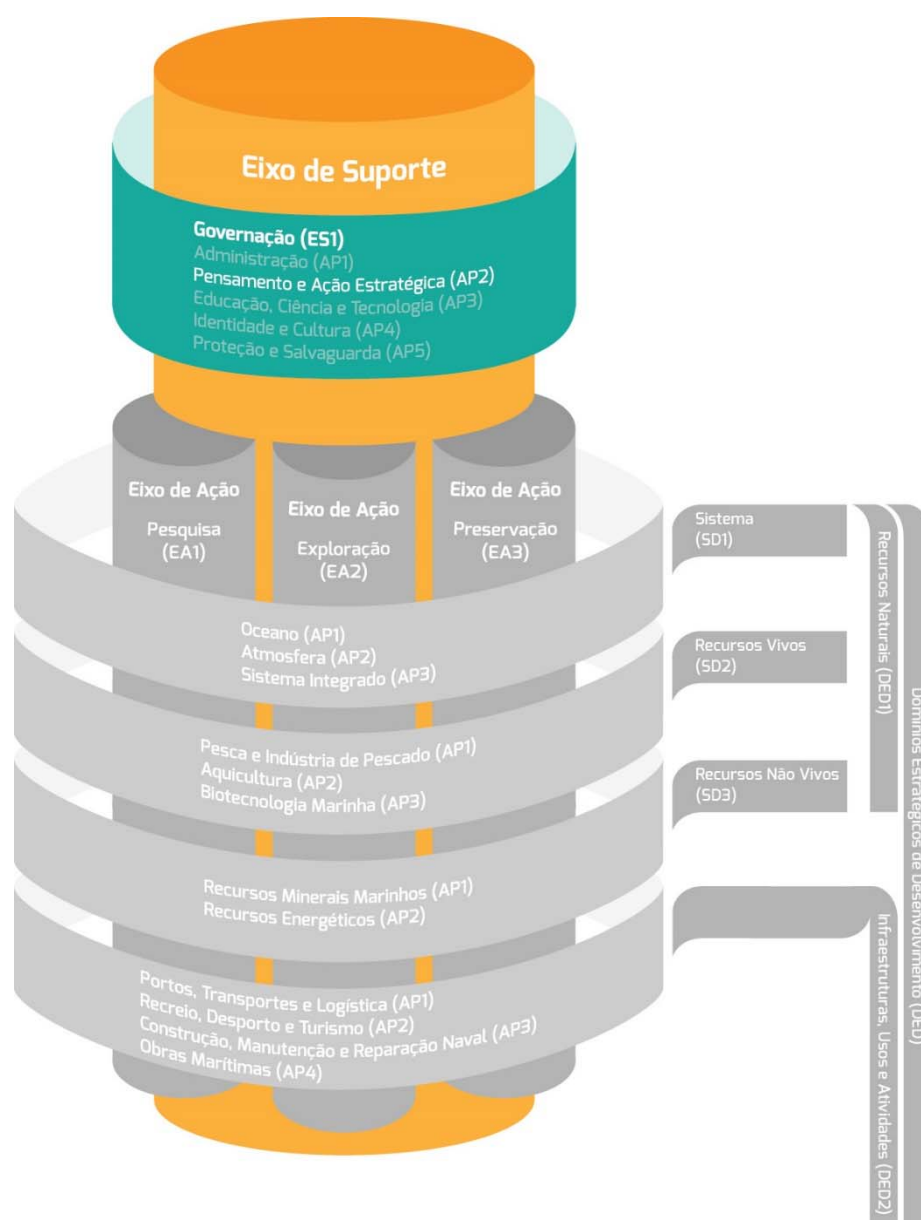
PA – Análise Estratégica

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Análise Estratégica

Prospetiva e Planeamento



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Prospetiva e Planeamento

Objetivos

- Implementar uma unidade de análise prospetiva, incluindo cenarização, e de análise crítica dos indicadores da economia do mar e de outros, numa lógica de contributo marítimo para o desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento: Num contexto de crescente complexidade e incerteza, há claros benefícios na constituição de uma unidade de análise prospetiva, como uma área dedicada à prospetiva estratégica de médio e longo prazo, horizonte presente em muitos dos objetivos dos assuntos do mar, e apoiada por um grupo de reflexão e aconselhamento a constituir. Nesta lógica, a criação e implementação desta unidade deverá ser promovida pela Direção-Geral de Política do Mar, atendendo à sua missão de desenvolver, avaliar e atualizar a Estratégia Nacional para o Mar. Esta unidade deverá funcionar a três planos, designadamente:

- Em estreita colaboração com as instituições públicas de referência na economia portuguesa, designadamente o Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE) do Ministério da Economia, e o Banco de Portugal, e em articulação com os Governos Regionais dos Açores e da Madeira. Sempre que se afigure necessário, pode recorrer a outros organismos da Administração para efeitos de análise de políticas públicas setoriais;
- Em parceria direta com os representantes setoriais, nomeadamente o Fórum Empresarial para a Economia do Mar (FEEM) e a Oceano XXI, garantindo a identificação de formas de incentivar e concretizar a criação de clusters de atividades marítimas;
- Com o aconselhamento de um grupo de peritos da sociedade civil de reconhecido mérito e com interesse em matérias estratégicas da economia portuguesa (Grupo de Conselheiros do Mar).

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Núcleo da equipa de cenários prospetivos:

Ministério da Economia (ME)

- Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDRs)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – Coordenação

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades

- Banco de Portugal (BdP)

- Fórum Empresarial da Economia do Mar (FEEM)

- OCEANO XXI

Equipa a ser consultada para o desenvolvimento dos cenários, sempre que se justificar:

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

- Direção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa (DGAED)

Ministério da Administração Interna (MAI)

- Guarda Nacional Republicana (GNR)

Ministério da Justiça (MJ)

- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Ministério da Economia (ME)

- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)
- Turismo de Portugal (TP)
- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Agência de Inovação (Adi)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Nacional de Estatística (INE)
- Serviços de Informações Estratégicas de Defesa (SIED)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- EMPORDEF- Empresa Portuguesa de Defesa
- LIAM Maria Scientia - Univ. Católica Portuguesa

Grupo de Conselheiros do Mar:

- Peritos de reconhecido mérito da sociedade civil, com interesse em matérias da economia como setor estratégico para Portugal

Tarefas

1. Elaboração de uma base de dados de atores;
2. Elaboração de uma base de dados de documentos de apoio à análise estratégica;
3. Identificação de instrumentos de incentivo à concretização de clusters de atividades marítimas;
4. Análise do contexto nacional na dinâmica internacional;
5. Análise crítica da monitorização da Estratégia Nacional para o Mar;
6. Elaboração de cenários para a economia do mar em Portugal;
7. Preparação e apoio às reuniões do Grupo de Conselheiros do Mar.

Resultados Esperados

- Relatório bienal de prospetiva e análise crítica da monitorização da sócio-economia do mar e de outros indicadores de desenvolvimento sustentável, em Portugal.

Calendarização

2013, 2015, 2017, 2019:

Relatório de contexto nacional na dinâmica internacional e análise crítica da monitorização da Estratégia Nacional para o Mar

2014:

Cenários para a Economia do Mar em Portugal

Reuniões trianuais do grupo de Conselheiros do Mar (promovidas pela DGPM)

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1- PA1206-P1206019

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #1

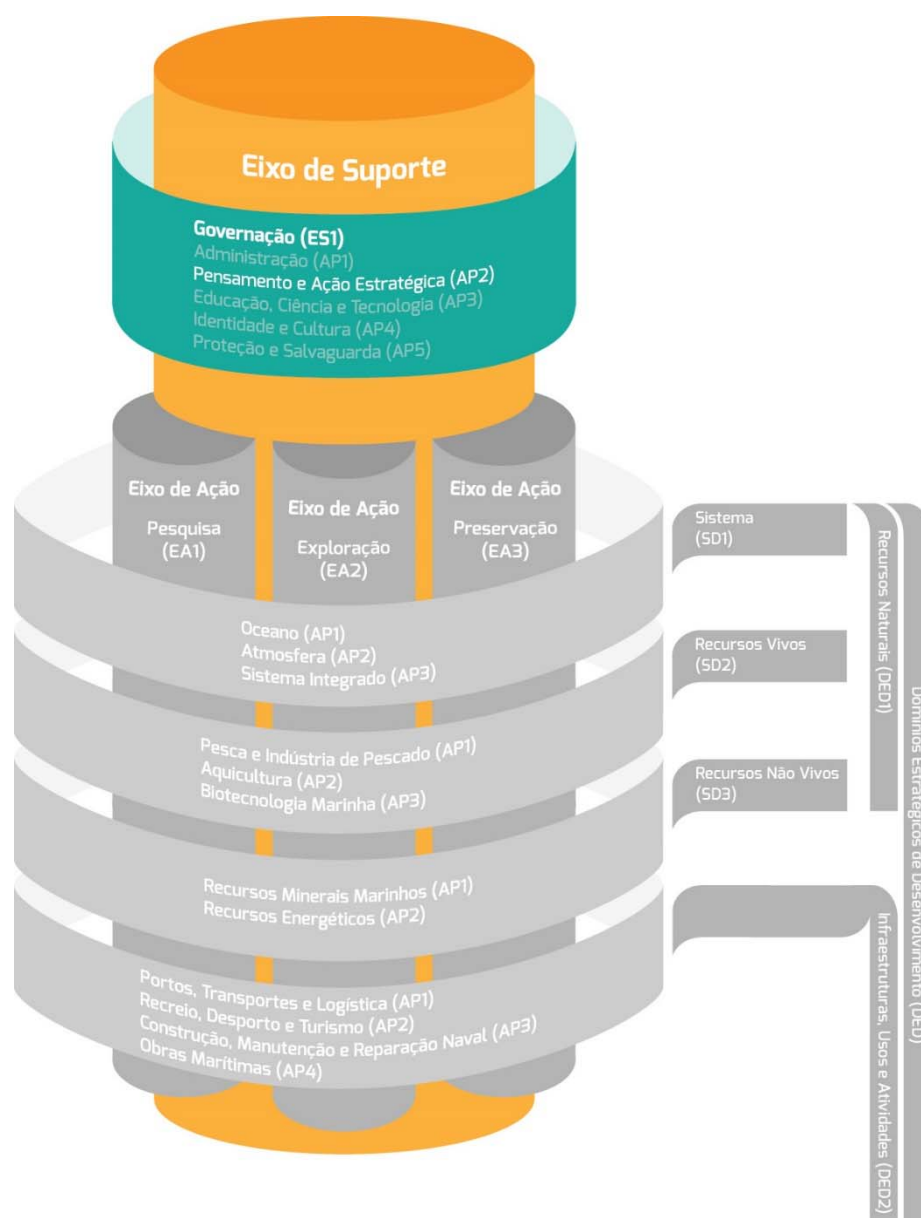
PA – Análise Estratégica

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Análise Estratégica

Monitorização e Indicadores



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Monitorização e Indicadores

Objetivos

- Implementar um conjunto de indicadores para aferir os resultados da Estratégia Nacional para o Mar, numa lógica de desenvolvimento sustentável.

Desenvolvimento: Atualmente há um conjunto de princípios comumente aceites pela comunidade internacional e espelhados em muitos dos documentos de política, designadamente o princípio do desenvolvimento sustentável, assente num equilíbrio de objetivos de carácter económico, social e ambiental, e a abordagem ecossistémica. Ainda que muitos destes documentos de política não sejam específicos dos assuntos do mar, eles têm uma componente marítima ou marinha. Destacam-se designadamente:

- Estratégia “Europa 2020”
- Estratégia “Horizonte 2020”
- Diretiva Quadro Estratégia Marinha
- Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável
- Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2020
- “*The Future we want*” – Rio+20
- *Roadmap for maritime spatial planning in the UE*
- “*Step-by-Step Approach for Marine Spatial Planning toward Ecosystem-based Management*”, UNESCO
- Ordenamento do espaço marítimo na UE – Balanço e Perspectivas COM (2010) 771 final
- Documento orientador *Green Growth* da OCDE
- Livro Branco “Roteiro do espaço único europeu dos transportes – Rumo a um sistema de transportes competitivo e económico em recursos”

Neste projeto ter-se-á em consideração a expressão nacional destas políticas.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)
- Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – Coordenação

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)
- Instituto Nacional de Estatística (INE)

Equipa a ser consultada em função da temática abordada:

Ministério das Finanças (MF)
- Observatório do QREN

Ministério da Defesa Nacional (MDN)
- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério da Justiça (MJ)
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Ministério da Economia (ME)
- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)
- Turismo de Portugal (TP)
- Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE)
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)
- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- DOCAPESCA
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Instituto Superior Técnico (IST)
- Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FC-UL)
- Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

Tarefas

1. Identificação do público alvo e das respetivas necessidades de informação;
2. Identificação dos indicadores existentes e das áreas temáticas chave a considerar;
3. Análise comparativa de indicadores dentro de dada área temática chave;
4. Identificação da componente marítima em indicadores existentes e proposta de novos indicadores quando se justifique;
5. Teste aos indicadores – Piloto da Pesca;
6. Teste aos restantes indicadores – Discutir do material compilado pela DGPM, elaborar proposta metodológica e desenvolver uma plataforma colaborativa.
7. Estabilização de um conjunto de indicadores que monitorizem a Estratégia Nacional para o Mar, numa lógica de desenvolvimento sustentável;
8. Análise da aplicabilidade de uma abordagem aos serviços dos ecossistemas no contexto da ENM.

Resultados Esperados

Publicação anual

Calendarização

2013-2020:

Publicação com os resultados anuais

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE

Financiamento comunitário

FEEI

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1- PA1206-P1206020

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #1

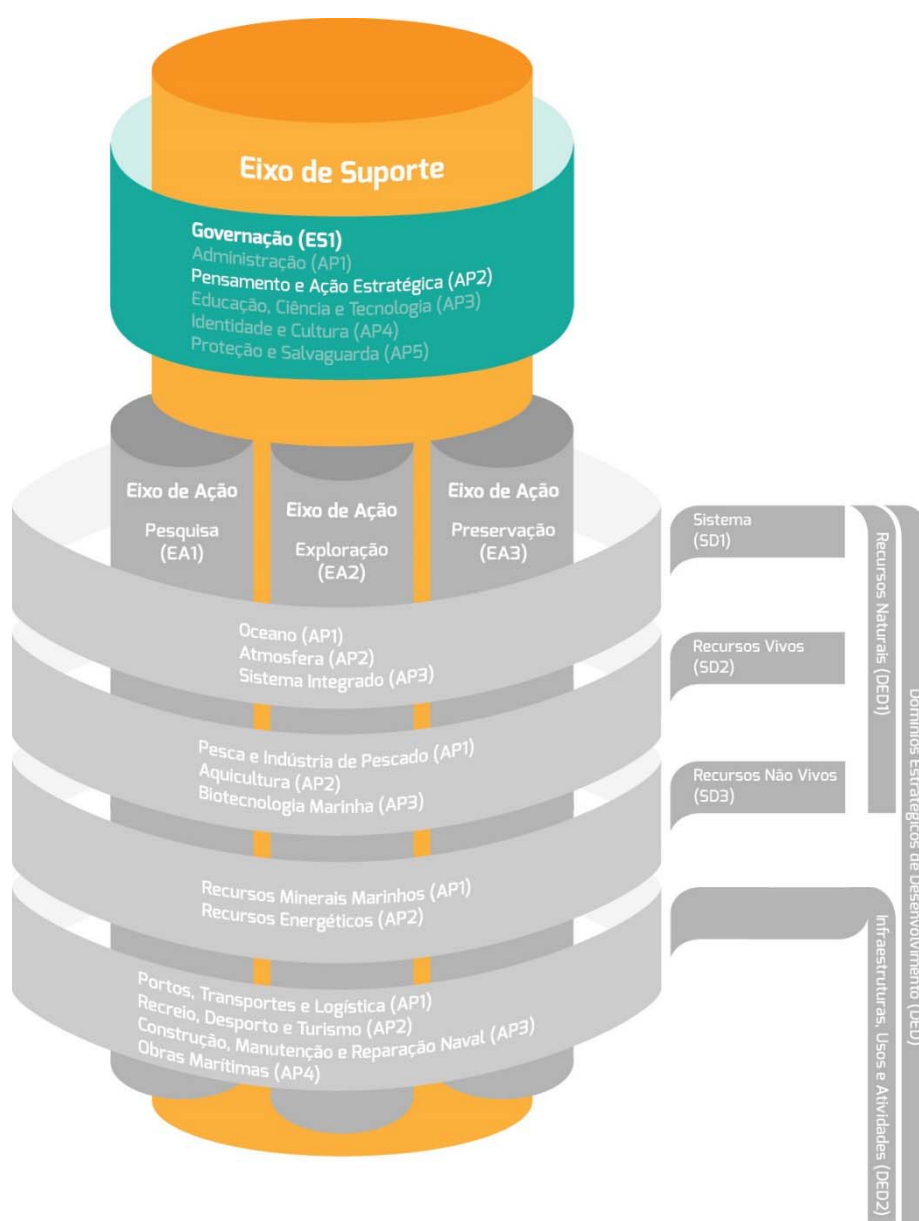
PA – Análise Estratégica

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Análise Estratégica

Serviços dos Ecossistemas



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Serviços dos Ecossistemas

Objetivos

- Integrar o conceito dos serviços dos ecossistemas nas políticas públicas para o mar

Uma abordagem de desenvolvimento sustentável deverá assegurar uma análise integrada da componente ambiental e socioeconómica, constatando-se que os valores ambientais não são devidamente integrados na tomada de decisão porque não passam pelo sistema de mercado convencional. Nesse sentido é objetivo deste projecto, integrar a experimentação da valoração da biodiversidade e dos serviços prestados pelos ecossistemas marinhos e costeiros, bem como a análise da sua compatibilização/integração no sistema estatístico.

Esta análise deverá ser desenvolvida em articulação e na sequência do trabalho internacional já desenvolvido no contexto TEEB – *The Economics of Ecosystem and Biodiversity*, pela unanimidade que colhe junto da comunidade científica.

O reconhecimento do valor e da análise dos serviços dos ecossistemas está hoje presente em documentos relevantes da política do mar, ou com esta relacionada, ou nas metodologias de trabalho desenvolvidas ao seu abrigo, como sejam a Diretiva Quadro Estratégia Marinha e a Declaração de Limassol (Declaração dos Ministros do Mar em 2012, no contexto da Política Marítima Integrada), ou a Convenção da Diversidade Biológica.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar (EMEPC)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Nacional de Estatística (INE)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Fundação Calouste Gulbenkian - Iniciativa Gulbenkian para os Oceanos (IGO)

Tarefas

1. Análise da aplicabilidade de uma abordagem com base nos serviços dos ecossistemas no contexto da ENM e das políticas públicas para o mar
2. Avaliação de metodologias aplicáveis valoração dos serviços dos ecossistemas e respetiva valorização nas políticas públicas
3. Avaliação da viabilidade de integração da valoração (valorização dos serviços dos ecossistemas marinhos e costeiros nas estatísticas nacionais)

Resultados Esperados

Relatório anuais com as atividades desenvolvidas e propostas de política pública

Calendarização

2014-2020

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Comunitários
Horizonte 2020, FEEI

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1- PA1206-P1206021

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #1

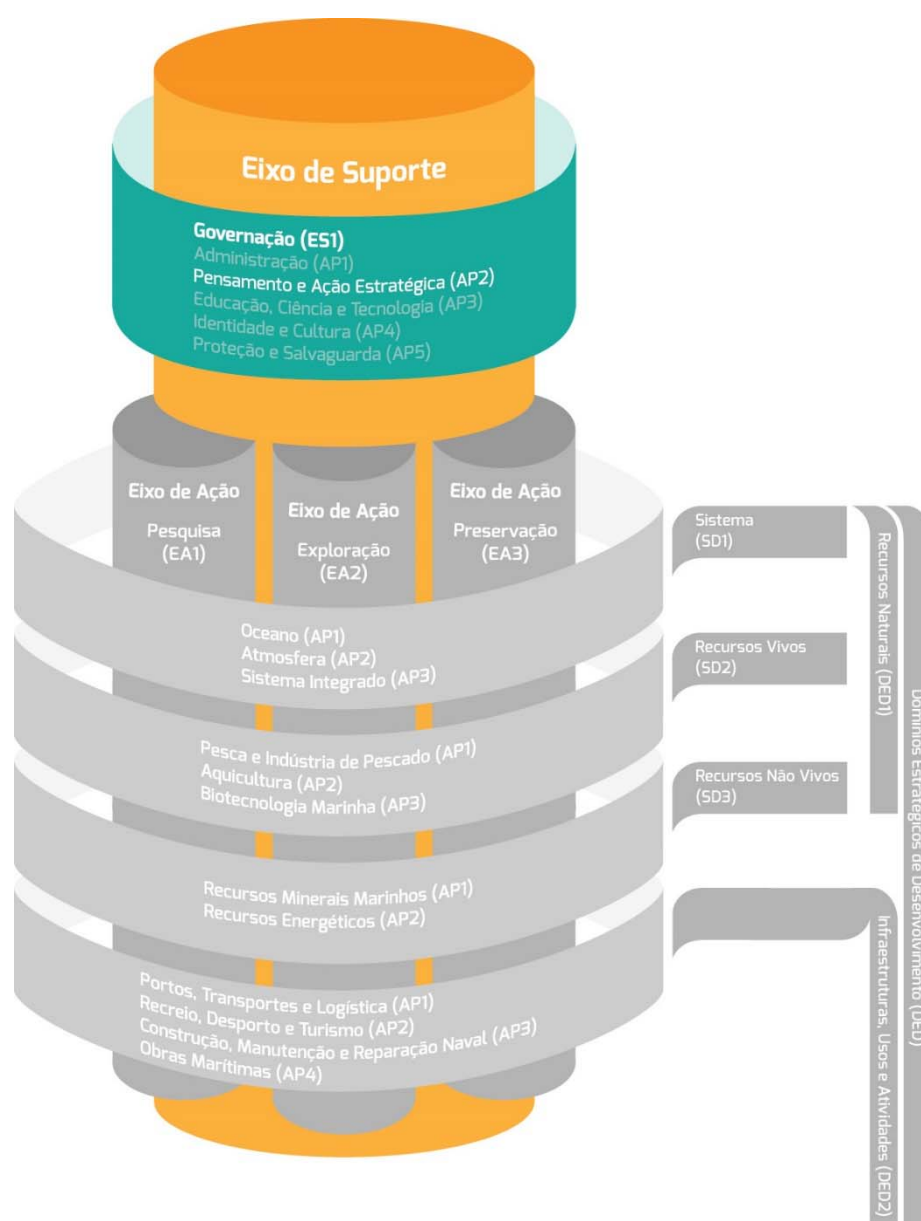
PA – Avaliação Estratégica

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Análise Estratégica

Conta Satélite do Mar



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Conta Satélite do Mar

Objetivos

Desenvolver um projeto-piloto da Conta Satélite do Mar que integre contabilisticamente a totalidade dos produtos e serviços que, direta ou indiretamente, se relacionam com a utilização comercial do recurso mar. Portugal passará, assim, a dispor de um instrumento estatístico adequado para: i) medir a relevância da Economia do Mar; ii) apoiar a decisão em matéria de coordenação de políticas públicas para o mar; e iii) monitorizar a Estratégia Nacional para o Mar na componente económica. A Conta Satélite do Mar permitirá, também ao país, dispor de informação credível e adequada no contexto da Política Marítima Integrada (PMI) e de outros processos em que é determinante informação sobre a Economia do Mar.

Desenvolvimento: Elaboração dos trabalhos e estudos necessários à construção de um subsistema contabilístico para o Mar – a Conta Satélite do Mar, ampliando, assim, o Sistema de Contas Nacionais Portuguesas. O projeto integra: 1) a elaboração do Estudo de viabilidade da Conta Satélite do Mar; 2) a construção de um projeto-piloto relativo a 2010-2011.

Entidade Coordenadora

Instituto Nacional de Estatística (INE) – PCM

Núcleo da equipa:

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – apoia ao INE e entidade corresponsável pelo projeto

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Nacional de Estatística (INE) - Coordena

Equipa a ser consultada, sempre que se justificar:

Ministério das Finanças (MF)

- Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Autoridade Marítima Nacional / Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM) – a confirmar

Ministério da Administração Interna (MAI)

- Guarda Nacional Republicana (GNR) – a confirmar

Ministério da Justiça (MJ)

- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Ministério da Economia (ME)

- Turismo de Portugal (TP)

- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)

- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)

Ministério da Economia (ME) / Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Agência de Inovação (Adi)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)

- DOCAPESCA

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Português Desporto e Juventude (IPDJ)
- Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades

- Fórum Empresarial da Economia do Mar (FEEM)
- Oceano XXI
- Fundação Calouste Gulbenkian – Iniciativa Gulbenkian para os Oceanos (IGO)
- EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa

Poderão ser envolvidas outras instituições que o andamento do projeto revele como necessário.

Tarefas

Fase 1 – Estudo de viabilidade

1. Pesquisa de documentação e experiências metodológicas de outros Estados-membros e organismos internacionais – métodos e desenvolvimentos de outras contas satélite;
2. Definição conceptual de “Economia do Mar”, incluindo: a) Conceitos; b) Classificações e nomenclaturas; c) Universo;
3. Diagnóstico das estatísticas e dados administrativos existentes sobre “Economia do Mar”, incluindo: a) Inventariação de fontes do Sistema Estatístico Nacional (SEN); b) Pesquisa de fontes de informação complementares; c) Avaliação das informações;
4. Definição de um modelo metodológico para a elaboração de uma Conta Satélite do Mar;
5. Avaliação das condições, metodológicas e práticas, de exequibilidade da Conta Satélite do Mar.

Fase 2 – Elaboração da Conta Satélite do Mar – projeto-piloto 2010-2011

6. Compilação de variáveis 2010-2011;
7. Aplicação da metodologia e obtenção de resultados;
8. Estudo e análise dos resultados;
9. Divulgação.

Resultados Esperados

- Relatório do “Estudo de viabilidade da Conta Satélite do Mar” (no final da tarefa 5);
- Relatório final da “Conta Satélite do Mar 2010-2011” (no final da tarefa 8).

Calendarização

2013:

Tarefas 1 a 5

2013-2016:

Tarefas 6 a 9

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE – orçamentos INE e DGPM

Custos a determinar pela Entidade Coordenadora e pelo núcleo da equipa

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1- PA1206-P1206022

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #1

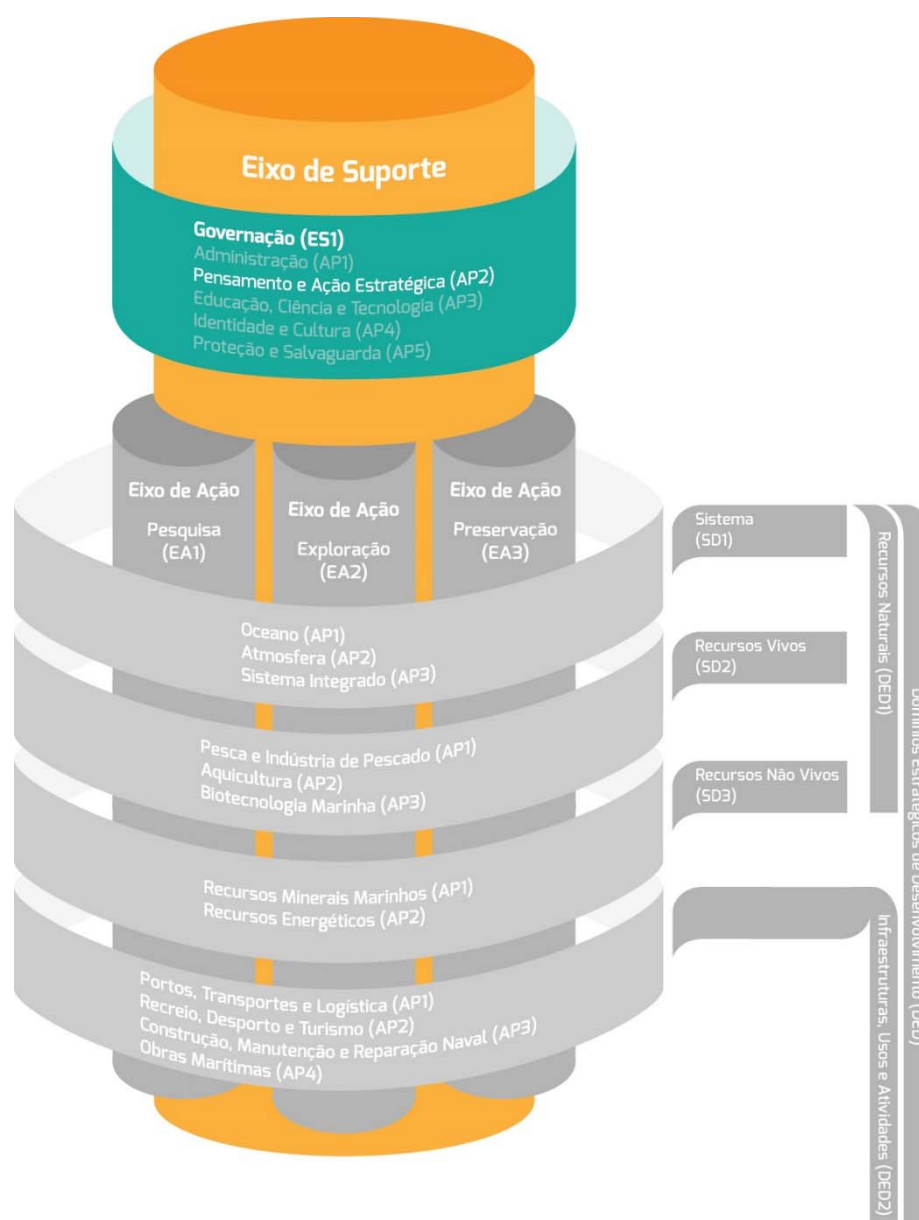
PA – Avaliação Estratégica

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Análise Estratégica

Análise Input-Output



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Análise *Input-Output*

Objetivos

- Desenvolver uma metodologia de análise *Input-Output*, que permita avaliar os efeitos indiretos e induzidos da economia do Mar na economia Nacional, preferencialmente a partir da Conta Satélite do Mar.

Desenvolvimento: Elaboração de uma matriz Input - Output para a economia do mar por forma a avaliar não só os efeitos diretos mas também os efeitos indiretos e induzidos na economia nacional.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Economia (ME)
- Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)

Equipa a ser consultada sempre que se justificar:

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)
- Instituto Nacional de Estatística (INE)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades

- Fórum Empresarial da Economia do Mar (FEEM)
- Oceano XXI
- Universidade de Aveiro (UAve)
- Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG)
- Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE – IUL)
- Instituto Superior Técnico (IST)

Tarefas

Fase 1 – Exercício experimental a partir das Contas Nacionais Anuais – matriz simétrica 2008

1. Seleção das atividades da economia do mar;
2. Determinação dos multiplicadores;
3. Cálculo dos efeitos diretos, indiretos e induzidos sobre a economia.

Fase 2 – Exercício a partir da Conta Satélite do Mar

4. Construção da matriz Input – Output Mar simétrica (2010-2011);
5. Determinação dos multiplicadores;
6. Cálculo dos efeitos diretos, indiretos e induzidos da economia do Mar na economia Nacional.

Resultados Esperados

- Relatório de “Análise Input-Output - Resultados do exercício experimental” (no final da tarefa 3);
- Relatório de “Análise Input-Output para a Economia do Mar – Um exercício a partir da Conta Satélite do Mar” (no final da tarefa 6).

Calendarização

2014:

Tarefas 1 a 3

2015:

Tarefas 4 a 6

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE – orçamento DGPM

Custos a determinar pela Entidade Coordenadora e pela Equipa Técnica Especializada

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1- PA1206-P1206023

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #5

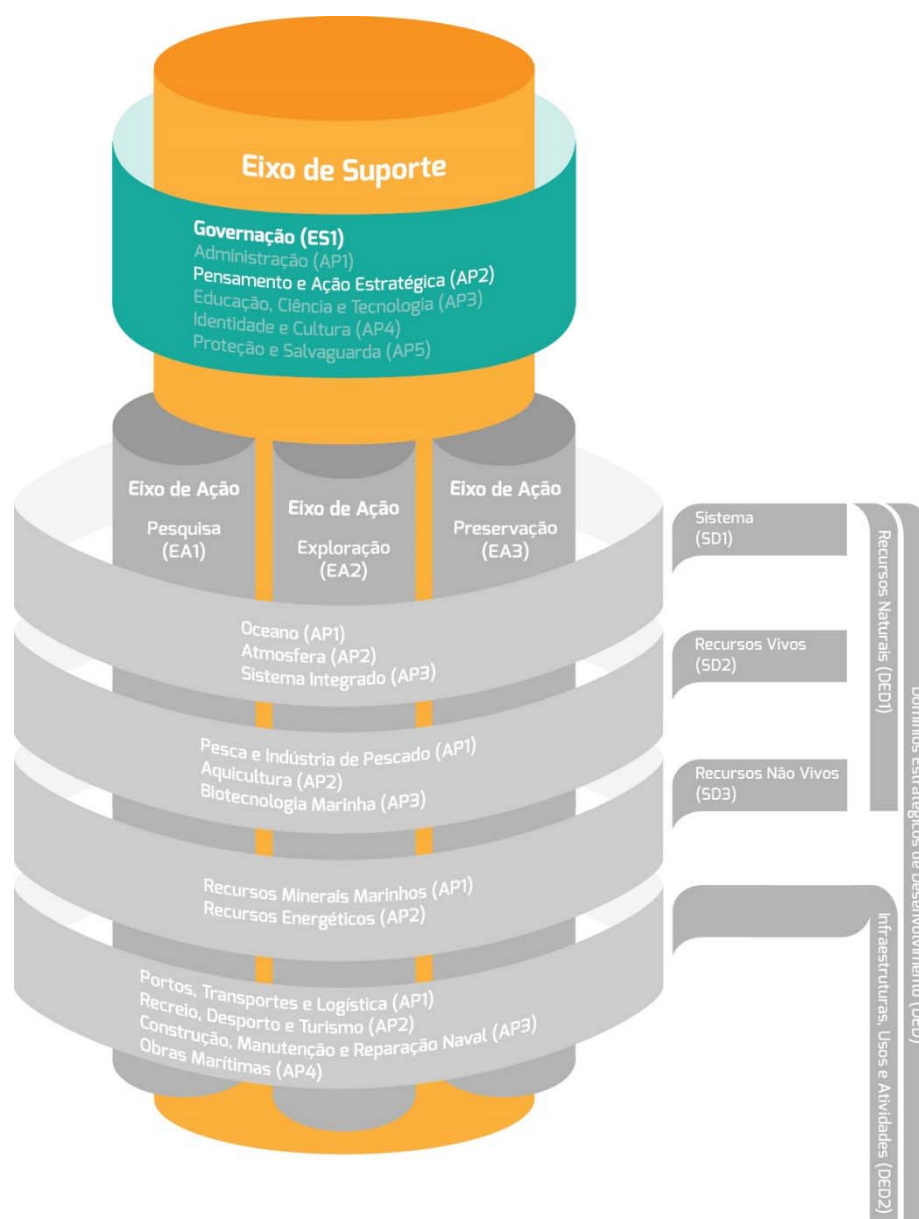
PA – Avaliação Estratégica

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Análise Estratégica

Política de Formação e Emprego



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Política de Formação e Emprego

Objetivos

- Avaliar as necessidades atuais e futuras do mercado de emprego em matéria de formação

Trata-se de um projeto que se suporta no projeto de Análise prospetiva e Planeamento e que será relevante para os projetos “Rede de cooperação e capacitação tecnológica” e “Formação Profissional”

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério das Finanças (MF)

- Instituto Nacional de Administração (INA)
- Direção-Geral de Qualificações dos Trabalhadores em Funções Públicas (DGQTFP)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordena
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS)

- Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT)
- Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Ordem dos Engenheiros
- OCEANO XXI
- Fórum Empresarial da Economia do Mar
- Outras instituições representativas dos setores da economia do mar a identificar

Tarefas

1. Levantamento das necessidades reais de profissionais do mar, em termos presentes e futuros
2. Articulação com os Projetos “Rede de cooperação e capacitação tecnológica” e “Formação Profissional” para identificar áreas estratégicas de aposta em matéria de necessidades formativas e de formação profissional
3. Acompanhamento e propostas de ajuste em função da evolução do mercado de trabalho e da oferta formativa e educativa

Resultados Esperados

Relatório inicial - tarefas 1 e 2.

Relatórios anuais de acompanhamento e de revisão em função da evolução do mercado de trabalho e da oferta formativa e educativa – tarefa 3

Calendarização

2014 – Relatório inicial

2015 e seguintes – Relatórios anuais

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Comunitários
FEEI, FEAMP

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1207

Eixo de Suporte – ES1 – Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s)

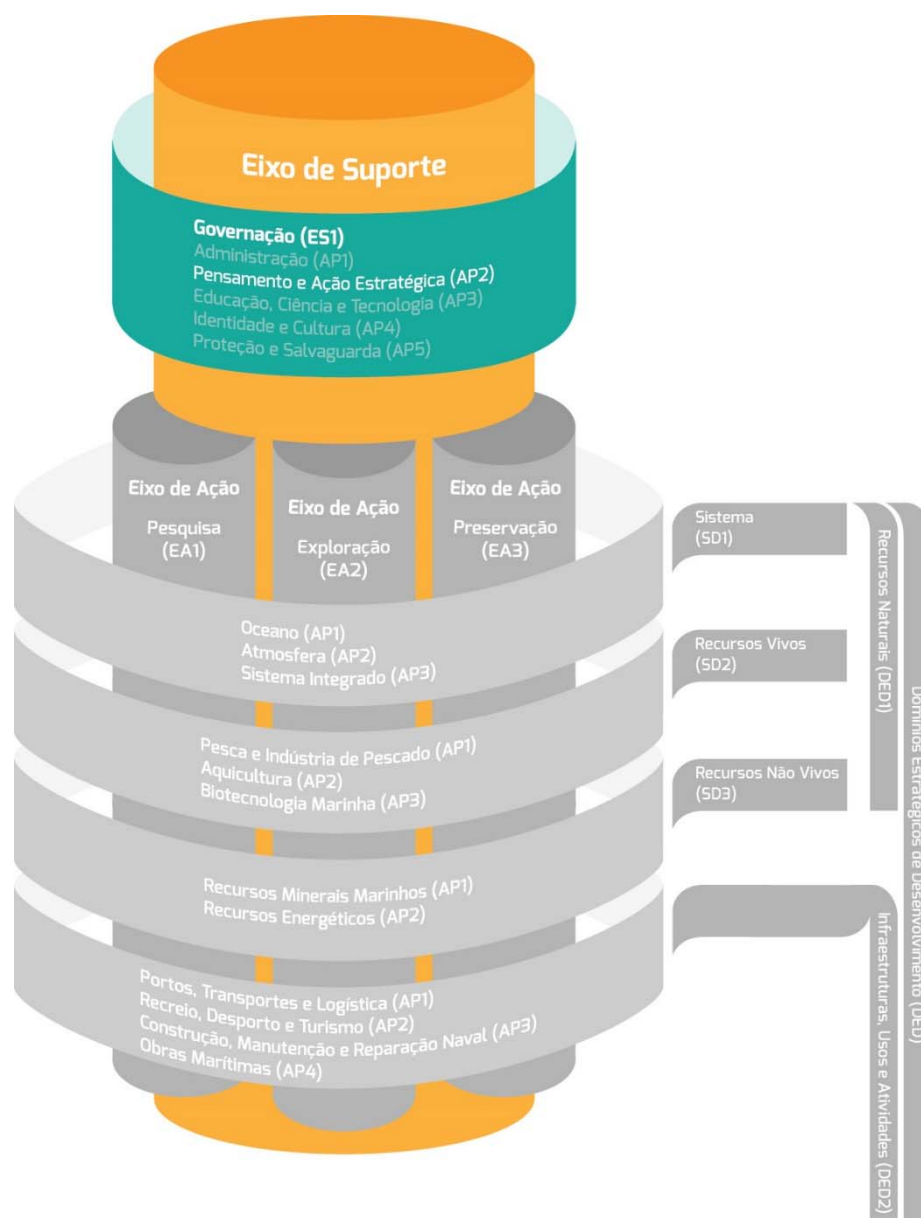
#1 - Monitorização da ENM 2013-2020, envolvendo a avaliação sistemática das ações implementadas, do ambiente externo e da articulação e harmonização das diferentes iniciativas nacionais e internacionais em curso e em preparação.

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

UE/EEA

	Política Marítima Integrada
	Política Comum de Pescas
	Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico (EMUEAA)
	Cooperação PT-EEA



Programa de Ação

EU / EEA

P1207024 - Política Marítima Integrada (PMI)
P1207025 - Política Comum de Pescas (PCP)
P1207026 - Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico (EMUEAA)
P1207027 - Cooperação PT-EEA

Objetivos

- Assegurar o acompanhamento dos desenvolvimentos da Política Marítima Integrada (PMI) do EU, designadamente nos seguintes âmbitos:
 - Grupo de Pontos Focais de Alto-Nível da PMI;
 - Grupo e Sub-grupos técnicos da Comissão Europeia para a PMI dirigidos pela DG-Mare;
 - Estratégia da UE Marítima da UE para a Área do Atlântico no quadro da implementação da PMI nas bacias oceânicas;
- Preparação e acompanhamento da participação ministerial nacional no âmbito da PMI;
- Promover a cooperação no quadro do Espaço Europeu Alargado (EEA) nas actividades relacionadas com o mar.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério das Finanças (MF)

- Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

- Direção-Geral de Política Externa (DGPE)

- Camões – Instituto de Cooperação e da Língua (CICL)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

- Direção-Geral de Armamento e Equipamento de Defesa (DGAED)

Ministério da Administração Interna (MAI)

- Guarda Nacional Republicana (GNR)

Ministério da Justiça (MJ)

- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Ministério da Presidência e dos Assuntos Parlamentares (MPAP)

- Secretaria de Estado do Desporto e Juventude (SEDJ)

Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)

- Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional (SEDR)

Ministério da Economia (ME)

- Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade (SEIIC)

- Secretário de Estado Adjunto e da Economia (SEAE)

- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)

- Turismo de Portugal (TP)

- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)

- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - coordenação

- Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Gabinete de Planeamento e Prospectiva (GPP)

Ministério da Educação e da Ciência (MEC)

- Secretaria de Estado do Ensino Superior (SEES)
- Secretaria de Estado da Ciência (SEC)
- Agência de Inovação (AdI)
- Instituto Tecnológico Nuclear (ITN)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Nacional de Estatística (INE)
- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)
- Serviços de Informação Estratégica de Defesa (SIED)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades

- Fórum Empresarial da Economia do Mar (FEEM)
- EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa
- OCEANO XXI
- WAVEC/ENERGYIN
- Conselho Económico e Social (CES)
- Instituto Superior Técnico (IST)
- Agência Independente do Desporto e do Mar
- Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP)
- Representante do Chefe da Delegação Portuguesa no Comité das Regiões da EU
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Resultados Esperados

- Garantir, no quadro da PMI, a coerência dos objectivos estratégicos relacionados com o mar e das concretizações alcançadas com base na ENM, na EMUEAA e no instrumento de cooperação *EEA Grants*.

Calendarização

2013-2020

Fontes de Financiamento

Fundos Nacionais:

Identificam-se necessidades de co-financiamento dos projectos comunitários e do EEA, a suportar pelo OE

Fundos Comunitários:

Um novo quadro financeiro para a UE será iniciado para o período 2014-20 cobrindo o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo de Coesão (FC), o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e do futuro Fundo Europeu dos Assuntos do Mar e Pescas (FEAMP), estando aberta a possibilidade dos projetos poderem concorrer a mais que uma fonte e financiamento, devem ainda ser considerados os apoios do programa de pesquisa Horizonte 2020, e COSME.

Banco Europeu de Investimento

Fundos de cooperação:

EEA Financial Mechanism 2009-2014

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1207-P1207024

Eixo de Suporte – ES1 – Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) #1

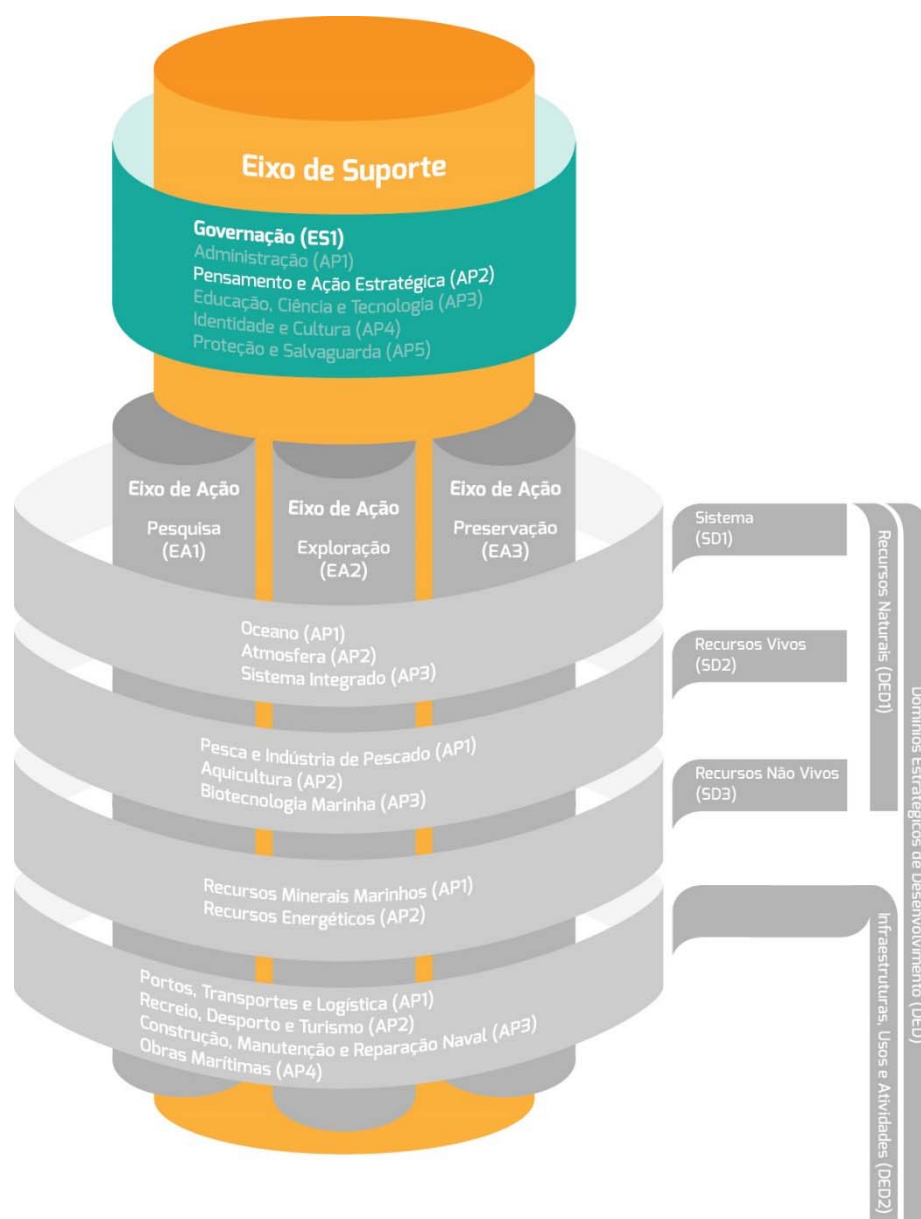
PA – UE / EEA

ES1 – GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

UE/EEA

Política Marítima Integrada



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Política Marítima Integrada

Objetivos

- Harmonização das políticas públicas para o mar dos Estados Membros em articulação com a Política Comum de Pescas
- Harmonização dos instrumentos de gestão (Vigilância marítima integrada e desenvolvimento de um Ambiente Comum de Partilha de Informação (CISE) Ordenamento do espaço marítimo e
- Conhecimento do Meio Marinho
- Coerência de execução das estratégias das Bacias Oceânicas (ex. Estratégia Marítima da União Europeia para a área do Atlântico – EMUEAA e Plano de Ação)
- Desenvolvimento socioeconómico relacionado com o Crescimento Azul
- Articulação de meios (recursos humanos, fundos e infraestruturas e equipamentos).

Desenvolvimento: A Política Marítima Integrada estabeleceu uma nova abordagem destinada a reforçar o desenvolvimento sustentável das atividades potenciais utilizadoras do espaço marítimo. A Europa poderá conseguir um crescimento azul, baseado num desenvolvimento sustentável se articular as políticas relativas ao Mar. As diferentes instituições a nível comunitário e a nível nacional organizaram-se de forma a poder dar uma resposta articulada permitindo uma maior integração e tirar partido das sinergias que se podem criar. Matérias transversais como o ordenamento do espaço marítimo, a vigilância integrada ou o conhecimento do meio marinho são também referidos como parte essencial para a concretização da PMI salientando-se o seu papel ao nível das regiões e das bacias oceânicas. As regiões, que tem território, costeiro são fundamentais para a implementação da PMI em articulação com a autoridade nacional e promovendo a integração com as regiões dos outros Estados Membros.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar - -Coordenação

- Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

- Gabinete de Planeamento e Prospectiva (Gabinete das Relações Internacionais)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Tarefas

Assegurar o acompanhamento da PMI designadamente nos seguintes âmbitos:

1. Grupo de Pontos Focais de Alto-Nível da PMI;
2. Grupo e Sub-grupos técnicos da Comissão Europeia para a PMI dirigidos pela DG-Mare;
3. Estratégia da UE Marítima da UE para a Área do Atlântico no quadro da implementação da PMI nas bacias oceânicas;

Resultados Esperados:

- Alcançar crescimento numa lógica do conhecimento, da integração e da inclusão social

Calendarização

2013-2020

Fontes de Financiamento

Fundos Nacionais:

Identificam-se necessidades de co-financiamento dos projectos comunitários e do EEA, a suportar pelo OE

Fundos Comunitários:

FEDER, FSE, FC, ETC, CEF, FEAMP, HORIZON 2020, LIFE+

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1207-P1207025

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #1

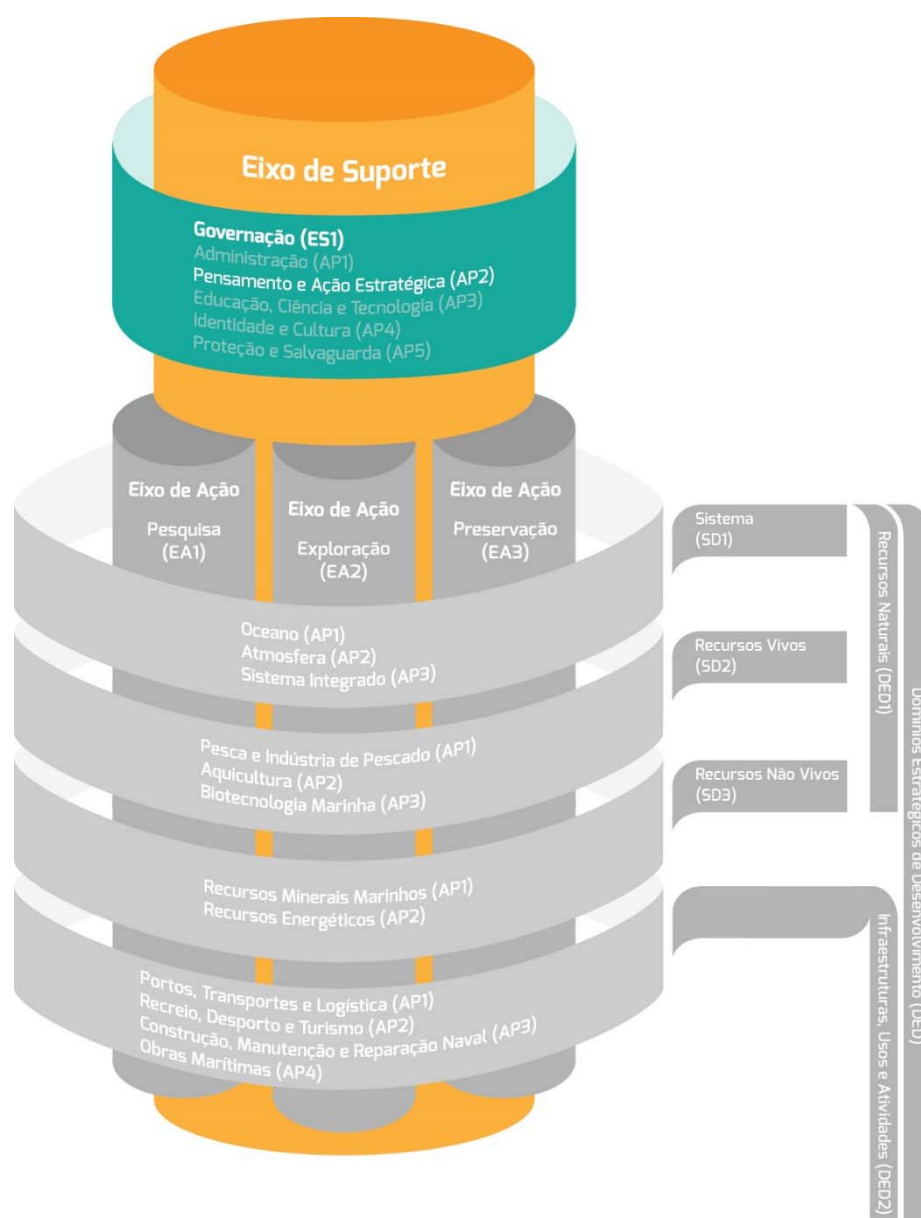
PA – EU / EEA

ES1 – GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

UE/EEA

Política Comum das Pescas (PCP)



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Política Comum das Pescas

Objetivos

- Eliminar, progressivamente, as devoluções de acordo com abordagem caso a caso, e atendendo aos melhores pareceres científicos disponíveis, reduzindo as capturas indesejadas, e assegurando que todas as capturas são descarregadas;
- Criar condições para tornar o setor das capturas e da transformação no domínio da pesca mais viável e competitivo do ponto de vista económico.
- Promover o desenvolvimento das actividades aquícolas sustentáveis na União, a fim de contribuir para a abastecimento alimentar e para o emprego;
- Contribuir para assegurar um nível de vida adequado às populações que dependem das actividades de pesca, tendo em conta, as especificidades da pesca costeira e os aspectos socio-económicos;
- Garantir um mercado interno dos produtos da pesca e da aquicultura, eficiente e transparente, atendendo aos interesses, dos produtores e dos consumidores;
- Promover a igualdade de condições de concorrência no domínio da transformação e do comércio dos produtos da pesca e da aquicultura;
- Assegurar a coerência com a legislação da União em matéria de ambiente, nomeadamente o objectivo de se atingir, até 2020, um bom estado ambiental, bem como com as outras políticas da União.

Entidade Coordenadora

Direcção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Direcção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direcção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos - coordenação

- Direcção-Geral de Política do Mar (DGPM)

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades Participantes – a envolver sempre que se justifique

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Gabinete de Planeamento e Prospectiva (Gabinete de Relações Internacionais)

Tarefas da equipa técnica especializada

Assegurar o acompanhamento da PCP, designadamente nos seguintes âmbitos:

1. Grupo de Política Interna e Externa das Pescas do Conselho da União Europeia;
2. Grupos e Subgrupos, Técnicos da Comissão Europeia dirigidos pela DG-MARE;
3. Comitês da pesca e da aquicultura;

Contribuir para a aplicação da Política Comum das Pescas, e garantir a sua execução, controlo e fiscalização, nomeadamente:

1. Assegurar, através de métodos de gestão e ordenamento, o quadro de conhecimento dos recursos naturais marinhos disponíveis nas áreas sob soberania ou jurisdição nacional e garantir a execução das políticas de preservação dos recursos marinhos;
2. Preparar, coordenar e executar os Programas Plurianuais e os Planos Anuais relativos à recolha de dados da PCP;
3. Programar, coordenar e executar a fiscalização, a vigilância e o controlo das actividades da pesca e conexas;
4. Assegurar o cumprimento das regras da Organização Comum de Mercado dos produtos da pesca e da aquicultura

5. Gerir o sistema de informação das pescas nas diversas componentes e ligações aos órgãos nacionais, europeus e internacionais.

Resultados Esperados

Garantir que as actividades de pesca e de aquicultura proporcionem condições sustentáveis, a longo prazo, do ponto de vista ambiental, económico e social e contribuam para a segurança do abastecimento de produtos alimentares.

Calendarização

2013-2020

Custos e Fontes de Financiamento

Fundos Nacionais:

Identificam-se necessidades de co-financiamento para programas de incentivos ao investimento e para o desenvolvimento de programas europeus, a serem suportados pelo OE;

Fundos Comunitários:

FEAMP (Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e Pesca) podendo ser complementados por outros Fundos do Quadro Estratégico Comum.

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1207-P1207026

Eixo de Suporte – ES1 – Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) #1

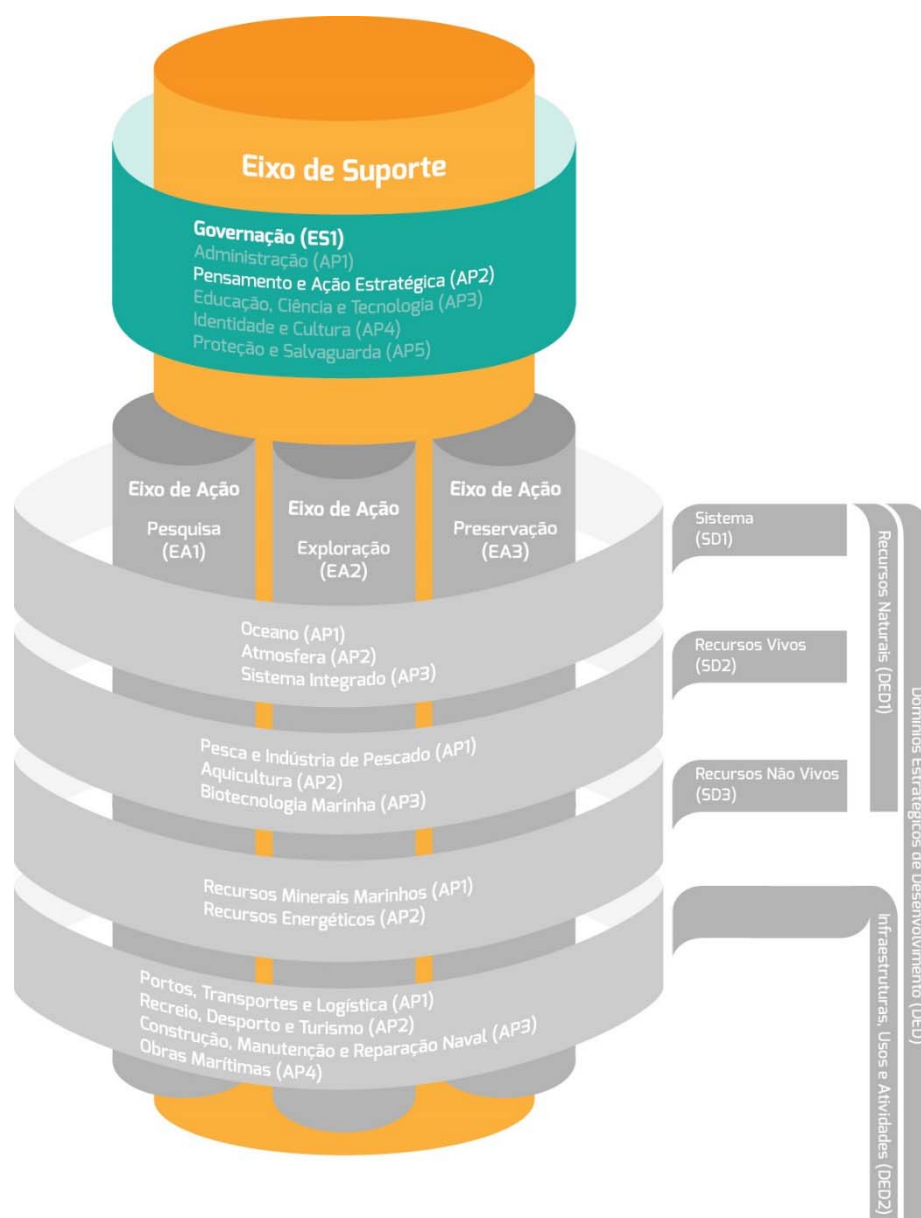
PA – EU / EEA

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

UE/EEA

Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico (EMUEAA)



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico (EMUEAA)

(Contribuição para o Plano de Ação da Estratégia Marítima da UE para a área do Atlântico)

Objetivos

- Assegurar o acompanhamento dos desenvolvimentos da Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico (EMUEAA).

Desenvolvimento:

A EMUEAA foi apresentada em novembro de 2011 em Lisboa, expressa a vontade e a prioridade em proteger o Oceano e em explorar, de forma sustentável, o seu potencial de longo prazo favorecendo um modelo de desenvolvimento assente na promoção do Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo (CISI). Tal implica um amplo compromisso que permite o desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento e na inovação, possibilitando um uso sustentável e eficiente dos recursos, a competitividade, a coesão social e a geração de emprego, capaz de assegurar coesão social e territorial. Foram definidas cinco áreas temáticas e cada Estado-Membro da fachada atlântica - Irlanda, Reino Unido, França, Espanha e Portugal, identificaram os projetos nacionais (de âmbito nacional, regional ou mesmo local) que podem integrar o Plano de Ação da Estratégia Marítima do Atlântico. Em Maio de 2013 a Comissão adoptou o Plano de Ação para a Estratégia Marítima do Atlântico, para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

O Fórum Atlântico, criado na sequência da aprovação da Estratégia Marítima, integra representantes dos cinco Estados-Membros, e criou e dinamizou uma rede de informação e interesse que permitiu reunir as ações prioritárias e projetos que integram o Plano de Ação. Para dinamizar este projecto a nível nacional foi constituído um grupo de trabalho, de âmbito nacional, para a Estratégia do Atlântico que integra representantes das diferentes tutelas, das Regiões e dos stakeholders com a missão de identificar os projetos, e ações prioritárias, alinhados com as cinco áreas temáticas estabelecidas.

Todo o território de Portugal é litoral, ligando a fachada atlântica com o interior de uma forma integrada, ou insular. Este aspeto constitui um fator diferenciador que pode e deve ser reconhecido no estabelecimento de uma estratégia nacional, integrada no contexto Atlântico, privilegiando a complementaridade entre as regiões, favorecendo a coesão territorial, promovendo a acessibilidade e a mobilidade funcional e sistémica.

O enorme potencial económico do Mar Portugal permanece largamente inexplorado. A energia oceânica, a mineração dos fundos marinhos, a biotecnologia marinha e outros sectores emergentes, bem como atividades tradicionais como a pesca, aquicultura, turismo e transporte marítimo podem contribuir para o desenvolvimento de um crescimento azul na Europa, permitindo gerar empregos e estimular o crescimento económico. A inovação, a tecnologia e o incremento do conhecimento, bem como a preservação ambiental, são aspetos fundamentais para a promoção do crescimento azul.

O modelo de governação para a EMUEAA e respetivo Plano de Ação são determinantes para o sucesso da sua implementação, acompanhamento e monitorização, e contarão com o apoio de um Mecanismo de Assistência, que será impulsionado por cada Estado-membro, como elemento facilitador e promotor da operacionalidade.

Está assim constituída uma janela única de oportunidade para promover a utilização sustentada do espaço marítimo, dinamizando o desenvolvimento de projetos integrados que concorrem para as cinco grandes áreas temáticas estabelecida (redução da pegada de carbono, abordagem ecossistémica, crescimento social inclusivo, ameaças e emergências e exploração sustentada do fundo marinho e dos recursos naturais) que permitirá reforçar a coesão territorial, favorecendo a cooperação entre as Regiões.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério das Finanças (MF)
- Instituto de Seguros de Portugal

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)
- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)
- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Direção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa (DGAED)

Ministério da Administração Interna (MAI)
- Guarda Nacional Republicana (GNR)

Ministério da Justiça (MJ)

- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Ministério da Economia (ME)

- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)
- Turismo de Portugal (TP)
- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Agência Portuguesa de Ambiente (APA)
- Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação em estreita articulação com o Instituto Nacional de Estatística (INE)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Agência de Inovação (Adi)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Nacional de Estatística (INE)
- Instituto Português Desporto e Juventude (IPDJ)
- Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades

- EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa
- Fórum Empresarial da Economia do Mar (FEEM)
- OCEANO XXI
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Articular as entidades nacionais da administração central e regional, e os stakeholders económicos e sociais em torno deste tema;
2. Promover a discussão pública alargada envolvendo os Estados-Membros da Bacia do Atlântico - Irlanda, Reino Unido, França, Espanha e Portugal;
3. Identificar os potenciais projetos nacionais (de âmbito nacional, regional ou mesmo local) que podem integrar o Plano de Ação da Estratégia Marinha do Atlântico, a apresentar em 2013 pela Comissão Europeia;
4. Apresentar as ações prioritárias e projetos passíveis de integrar o Plano de Ação;
5. Dinamizar e participar em fóruns de reflexão e discussão para a disseminação e comunicação e preparação da ação e concretização dos projetos.

Resultados Esperados

- Elaborar um Plano de Ação com a identificação das ações prioritárias e projectos nacionais evidenciando as grandes tendências;
- Criar projectos a candidatura aos fundos europeus promovendo a integração e cooperação entre regiões e entre Estados-Membros;
- Harmonizar o Plano de Ação da EMUEAA com os regulamentos dos fundos, tendo por objectivo o alinhamento com as áreas temáticas e as áreas prioritárias definidas;
- Promover o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo (CISI);
- Reafirmar a maritimidade nacional.
- Dinamizar fóruns de discussão (*Lisbon Atlantic Conference*)

Calendarização

2013 - 2020

Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE – orçamento DGPM

Custos a determinar pela ETE (Equipa Técnica Especializada)

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1207-P1207027

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #1

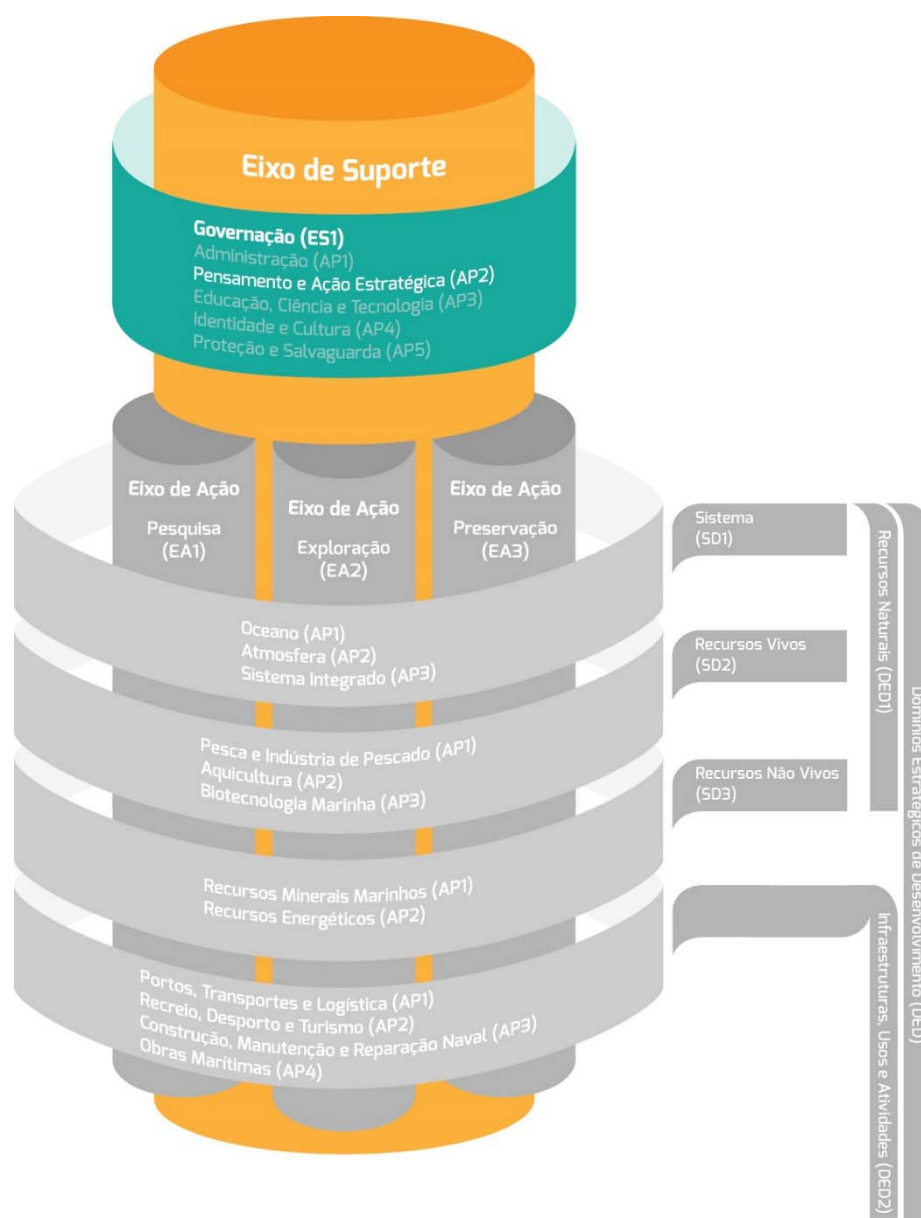
PA – EU / EEA

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

UE/EEA

Cooperação PT-EEA



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Cooperação PT-EEA

Objetivos

- Promover a cooperação bilateral entre Portugal e os países que integram o Espaço Europeu Alargado (EEA), designadamente, a Noruega, a Islândia e o Liechtenstein, através de iniciativas relacionadas com o mar;
- Enquadrar estrategicamente o empenhamento dos meios para a execução do quadro de programação e do respectivo instrumento financeiro (*EEA Financial Mechanism 2009-2014*), nas iniciativas relacionadas com o mar.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)
- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – Coordenação

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Tarefas

1. Identificar os potenciais projetos nacionais (de âmbito nacional, regional ou mesmo local) que podem integrar projectos de cooperação bilateral entre Portugal e o EEA;
2. Apresentar as ações prioritárias e projetos que irão integrar o Plano de Ação.

Resultados Esperados

- Elaborar um Plano de Ação com a identificação das ações prioritárias e projectos nacionais evidenciando as grandes tendências;
- Criar projectos a candidatura aos fundos EEA.

Calendarização

2013-2017

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:
OE – orçamento DGPM

Financiamento da cooperação:
EEA Financial Mechanism 2009-14

custos a determinar pela ETE (Equipa Técnica Especializada)

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1208

Eixo de Suporte – ES1 – Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s)

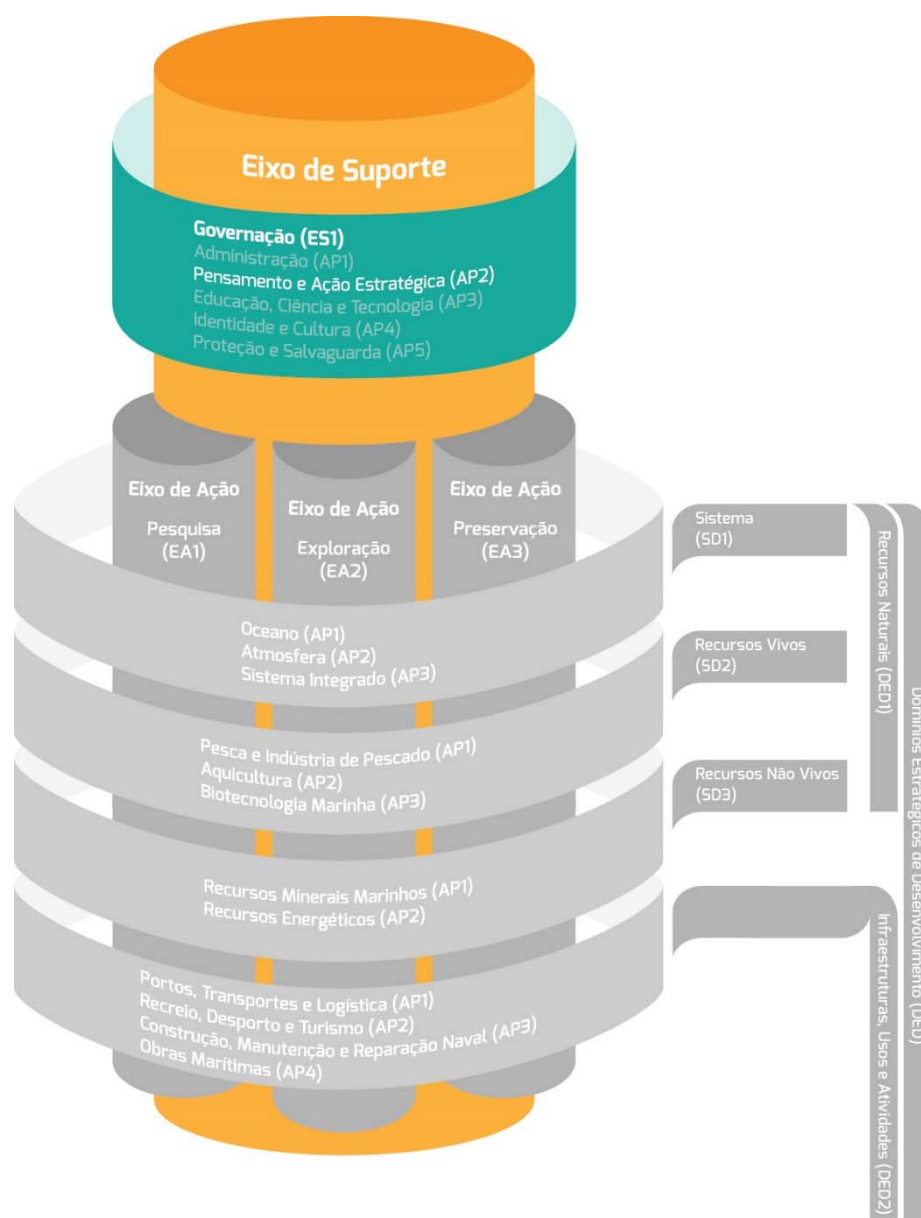
#3 - Cooperação internacional que privilegia os *fora* sobre os oceanos.

#4 - Cooperação científica que promove parcerias entre os principais parceiros, públicos e privados.

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Internacional	
	Nações Unidas
	União Africana
	CPLP
	Convenção OSPAR
	União Europeia (Ação Externa)
	Cooperação Bilateral com Países Amigos



Programa de Ação

Internacional

P1208028 - Nações Unidas
P1208029 - União Africana – Assistência Técnica para o Mar
P1208030 – CPLP
P1208031 - Convenção OSPAR
P1208032 – União Europeia (Ação Externa)
P1208033 – Cooperação Bilateral com Países Amigos

Objetivos

- Assegurar o acompanhamento dos assuntos internacionais relacionados com o Mar nos diversos *fora*, de uma forma articulada e integrada entre os diferentes serviços e organismos intervenientes;
- Assegurar o apoio técnico e científico a países terceiros no âmbito dos trabalhos de extensão da plataforma e o acompanhamento dos desenvolvimentos nos *fora* internacionais.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)
- Direção-Geral de Política Externa (DGPE)
- Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (CICL)

Ministério da Justiça (MJ)
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Ministério da Economia (ME)
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)
- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)
- Instituto Superior Técnico (IST) /Instituto Tecnológico Nuclear (ITN)

Presidência do Conselho de Ministros
- Serviços de Informações Estratégicas de Defesa (SIED)

Outras entidades:
- Laboratórios de Estado e Universidades
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo dos projetos

Resultados Esperados

- Assegurar o acompanhamento dos assuntos do Mar nos *fora* internacionais sobre os Oceanos de uma forma articulada e integrada;
- Promover a cooperação internacional com especial destaque para os países africanos e da CPLP.

Calendarização

2013-2015

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Fundos Comunitários:
Instrumento de Estabilidade (Serviço de Ação Externa da UE)

Fundos de Cooperação

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1208-P1208028

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #3

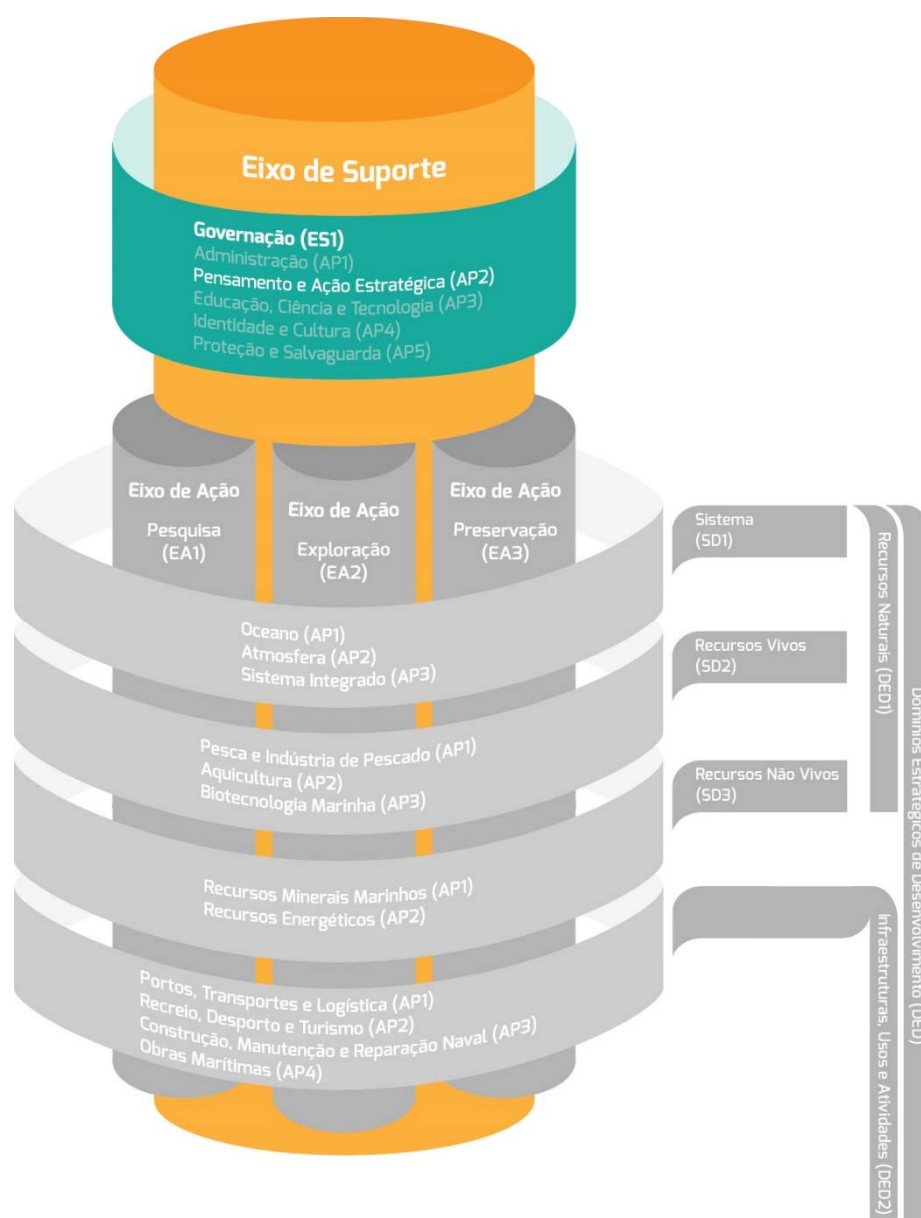
PA – Internacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Internacional

Nações Unidas



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Nações Unidas

Objetivos

- Promover a reflexão estratégica e a ação executiva sobre o mar, formulando os principais objetivos a alcançar e implementando os respetivos planos de ação, internos e externos. Prevê-se como efeito contribuir para uma cooperação internacional que privilegia os *fora* sobre os Oceanos;
- Acompanhar o desenvolvimento do processo de extensão da plataforma continental nas reuniões sobre os Oceanos nas Nações Unidas;
- Consolidar a posição nacional fundamentada nas matérias relacionadas com o processo de extensão da plataforma continental e com os fundos marinhos e seus recursos;
- Promover a reafirmação da soberania dos Estados, em particular sobre os recursos da plataforma continental, e da importância do conhecimento, prospeção, preservação e utilização sustentável dos seus recursos (incluindo os recursos genéticos).

Entidade Coordenadora

Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) – MAM, em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) para as matérias de competência própria.

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

Ministério da Justiça (MJ)

- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) - Coordenação
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Presidência do Conselho de Ministros

- Serviços de Informações Estratégicas de Defesa (SIED)

Outras entidades

- Institutos públicos e Laboratórios do Estado
- Universidades e Centros de Investigação
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Participação na reunião dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar;
2. Acompanhamento e análise do desenvolvimento dos processos de extensão de plataforma continental de outros Estados e da respetiva tramitação junto da Comissão de Limites da Plataforma Continental;
3. Acompanhamento e análise da implementação a nível dos outros Estados do disposto no artigo 77º da Convenção, relativo aos direitos sobre os recursos da plataforma continental;
4. Participação nas *BBNJ Intersessional workshops*, no âmbito do *Ad Hoc Open-ended Informal Working Group to study issues relating to the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction*
5. Preparação da participação nas reuniões do *Ad Hoc Open-ended Informal Working Group to study issues relating to the conservation and sustainable use of marine biological diversity beyond areas of national jurisdiction*;
6. Apoio a projetos de investigação diretamente relacionados com o projeto de extensão da plataforma continental e os recursos dos fundos marinhos, nomeadamente em geologia, geofísica, oceanografia, biologia e direito internacional público;
7. Desenvolvimento de ações de cooperação com outras instituições de investigação, em defesa dos princípios do interesse público e da eficiência da Administração;
8. Participação em outros *fora* internacionais relativos aos fundos marinhos e seus recursos, em particular no âmbito da Autoridade Internacional sobre os Fundos Marinhos, Convenção sobre a Biodiversidade, Diretiva Quadro Estratégia Marinha e Convenção OSPAR (integrando o projecto específico), entre outros.

Resultados Esperados

- Acompanhamento das diferentes temáticas relacionadas com o Mar no contexto da cooperação internacional privilegiando o envolvimento nos diferentes *fora*;
- Acompanhamento e conhecimento atualizado do contexto internacional relativo aos projetos apresentados junto das Nações Unidas e respetiva análise pela Comissão de Limites da Plataforma Continental;
- Melhor caracterização e conhecimento do desenvolvimento do processo de extensão da plataforma continental e do exercício de direitos ao abrigo do previsto no artigo 77º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar;
- Contribuição para a consolidação da posição nacional fundamentada nas matérias relacionadas com os fundos marinhos e seus recursos;
- Reafirmação, no âmbito das reuniões sobre os Oceanos, nas Nações Unidas, da soberania dos Estados, em particular sobre os recursos da plataforma continental, e da importância do conhecimento, prospeção, preservação e utilização sustentável dos seus recursos (incluindo os recursos genéticos);
- Publicação de trabalhos científicos relacionados com o desenvolvimento do processo internacional de extensão da plataforma continental e exercício de direitos sobre os seus recursos;
- Sensibilização nacional para as oportunidades do processo de extensão da plataforma continental, nos termos do disposto no artigo 76º e 77º da Convenção.

Calendarização

2013:

Tarefa 4

Análise dos resultados dos *workshops* e possíveis contributos para a criação de um acordo de implementação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar;

2013 – 2018:

Tarefas 1, 2, 3 e 5 a 8

Avaliação das conclusões da Assembleia dos Estados Partes e do *working group*, em face dos direitos dos Estados relativamente aos seus recursos e do processo de Extensão da Plataforma Continental em curso.

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - 180.000,00€ (orçamento EMEPC incluído no projeto de Extensão da Plataforma Continental)

Custo total previsto 2013-2018:

- 2013: 30.000,00€
- 2014: 30.000,00€
- 2015: 30.000,00€
- 2016: 30.000,00€
- 2017: 30.000,00€
- 2018: 30.000,00€

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1208-P1208029

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #3

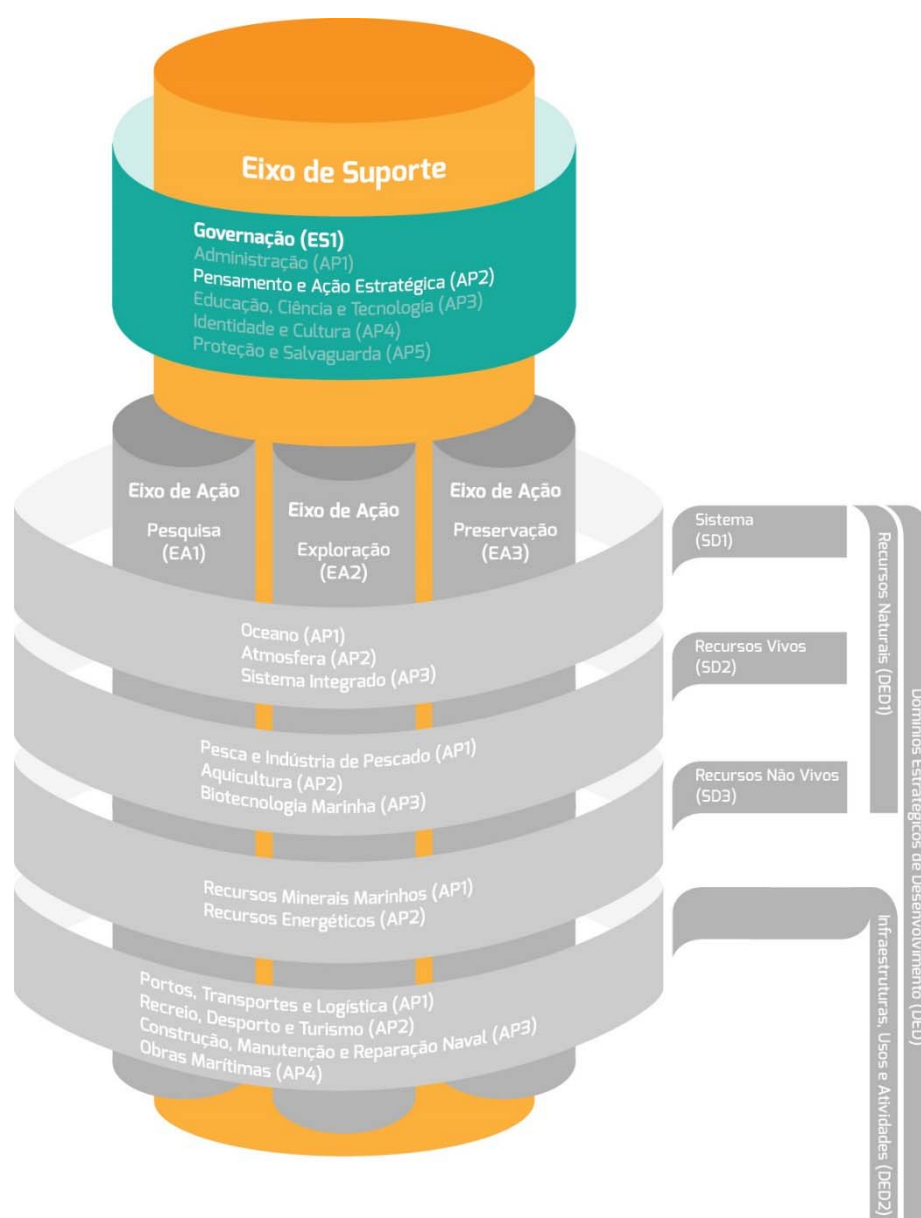
PA – Internacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Internacional

União Africana



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

União Africana

Objetivos

- Assegurar o acompanhamento dos assuntos internacionais relacionados com o Mar nos diversos *fora*, de uma forma articulada e integrada entre os diferentes serviços e organismos intervenientes;
- Promover a cooperação em matéria dos assuntos do mar com âmbito da União Africana, através de um instrumento de assistência técnica entre a DGPM e o futuro Departamento dos Assuntos do Mar da Comissão Africana e a ligação ao órgão de consulta de alto-nível para a *African Union - 2050 Africa's Integrated Maritime Strategy (AIM-Strategy)*.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação
- Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Outras entidades

- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Concretização do acordo de parceria;
2. Criar o plano de ação de suporte à assistência;
3. Executar o plano de ação;
4. Promover o fortalecimento da cooperação e a influência, através de visitas e eventos dedicados.

Resultados Esperados

- Reforçar o papel de Portugal no quadro da agenda internacional dos Oceanos;
- Afirmar a visão estratégica de Portugal para a política marítima integrada.

Calendarização

2013:

Tarefas 1, 2

2013-2020:

Tarefas 3, 4

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE (orçamento da DGPM)

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1208-P1208030

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #3

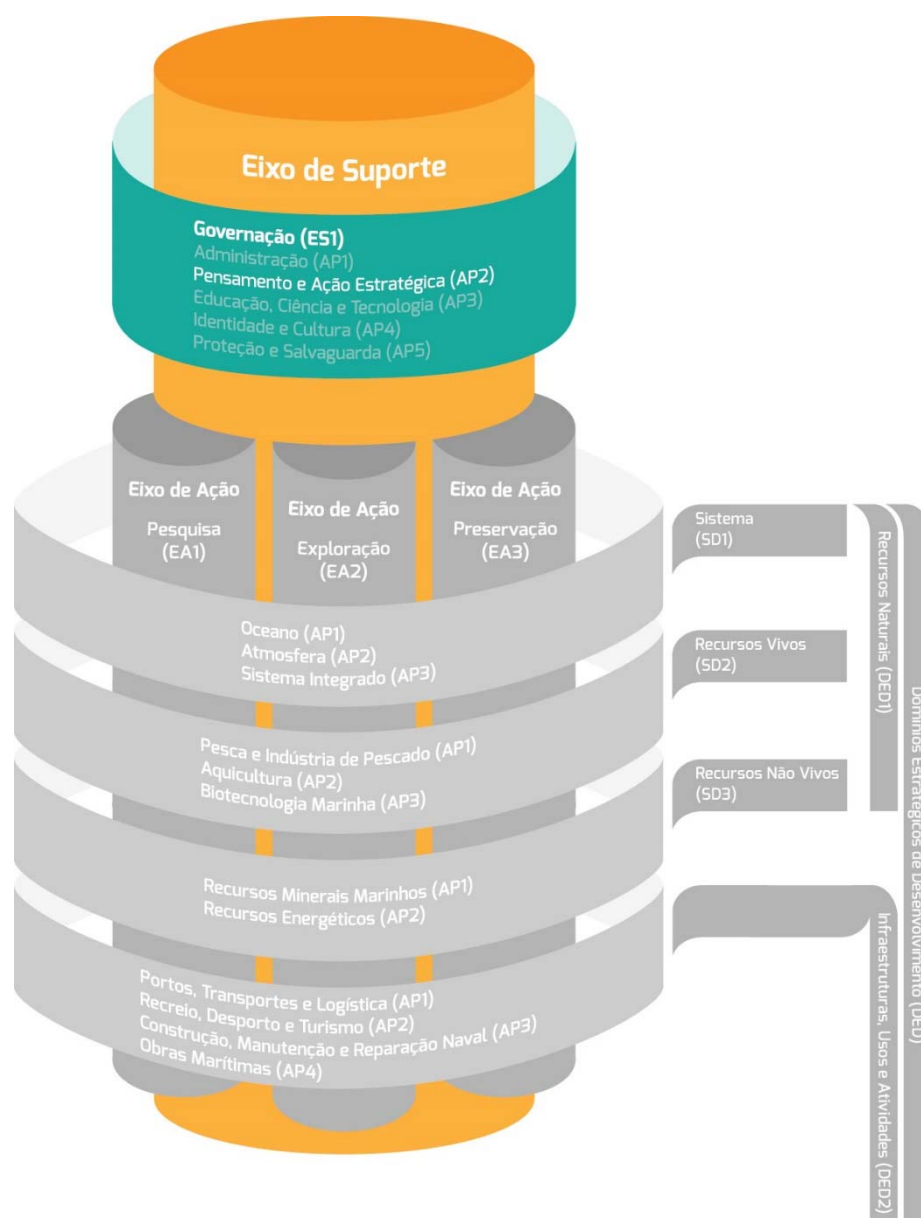
PA – Internacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Internacional

CPLP



Projeto

CPLP

Objetivos

- Desenvolver a cooperação multilateral relevante em matéria dos assuntos do mar no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), assegurando a representação nacional, promovendo as acções programadas e apoiando os serviços e organismos envolvidos.

Desenvolvimento: Participar na concertação de esforços para a implementação e actualização da Estratégia da CPLP para os Oceanos que concretize uma visão integrada que promova o desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos sob as respetivas jurisdições nacionais.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAMAOT

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa: Portugal, Angola, Moçambique, Timor-Leste, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné Bissau, Brasil.
Grupo de Pontos Focais constituído para o efeito.

Tarefas

1. Assegurar a participação no Secretariado Técnico Permanente da CPLP para os assuntos do mar;
2. Participar nos grupos de trabalho criados para a implementação das iniciativas específicas aprovadas no âmbito das reuniões de Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, nomeadamente:
 - Elaboração do Atlas dos Oceanos da CPLP;
 - Desenvolvimento dos projectos de Extensão da Plataforma Continental e de investigação científica e proteção ambiental;
 - Pesquisa sobre recursos minerais nos fundos marinhos;
 - Observatório de Informação e Estratégia Marinha (Segurança e Vigilância Marítima);
 - Projeto pedagógico para a mobilização de professores, alunos e sociedade civil para a importância dos assuntos do mar;
 - Feira do Mar da CPLP;
 - Cooperação no domínio das atividades de Transporte Marítimo e Portuário.

Resultados Esperados

- Estreitar as relações com os países da CPLP;
- Concretizar as diversas iniciativas elencadas.

Calendarização

2014:

Reunião de Ministros dos Assuntos do Mar – Moçambique

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Financiamento de Cooperação:

Custos eventuais resultantes da participação no Secretariado Técnico Permanente, e nos grupos de trabalho para implementação das iniciativas específicas, a suportar pelos OE próprios dos Estados-membros da CPLP.

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1208-P1208031

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP -Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #3

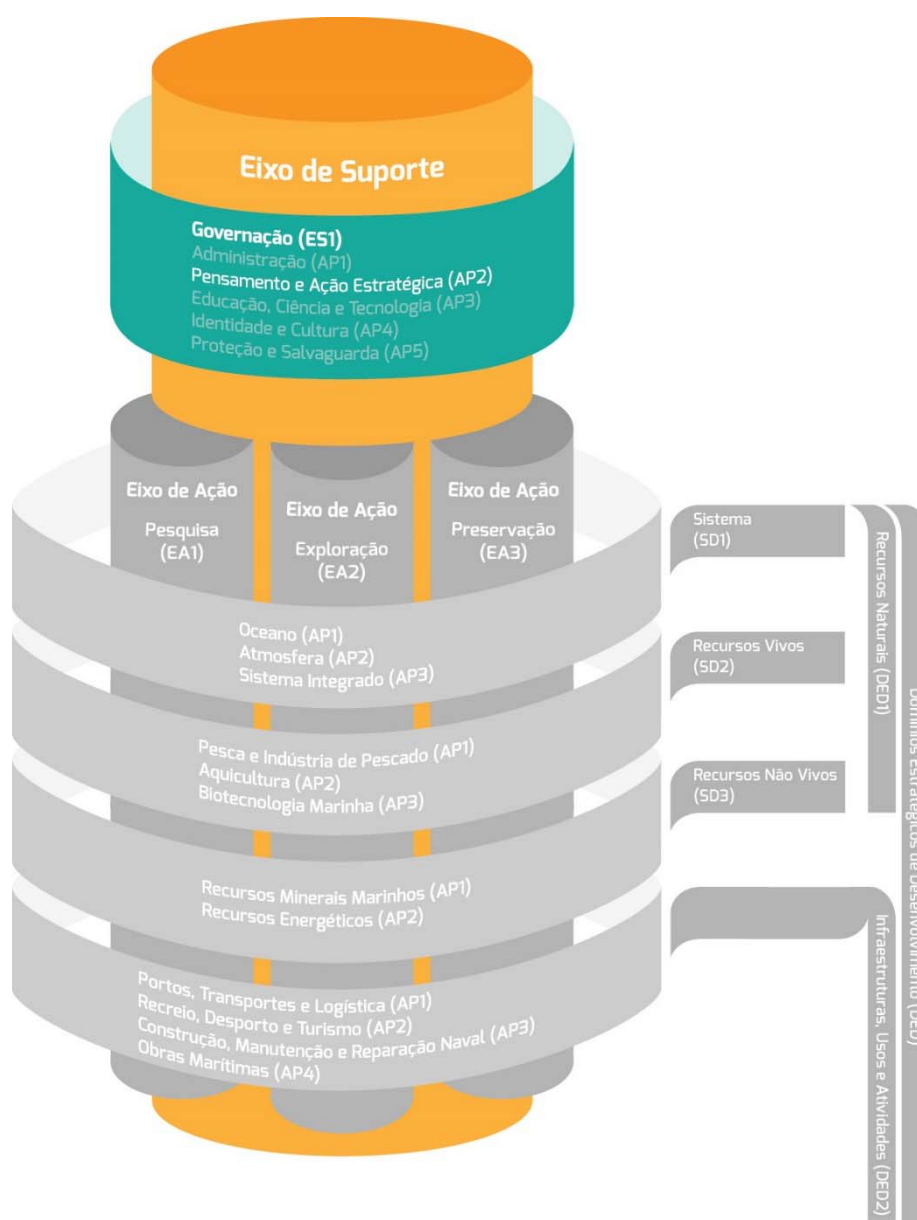
PA – Internacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Internacional

Convenção OSPAR



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Convenção OSPAR

Objetivos

A convenção para a proteção do ambiente marinho do Atlântico Nordeste – Convenção OSPAR é um mecanismo através do qual, os representantes dos 15 Estados que ratificaram a convenção e a Comissão Europeia, desenvolvem um conjunto de iniciativas e projetos de cooperação para a proteção do ambiente marinho no Atlântico Nordeste.

A Convenção de Oslo celebrada em 1972 incide sobre a rejeição em meio marinho, marca o início desta cooperação entre Estados, tendo o seu âmbito vindo a ser alargado com a Convenção de Paris, passando a abranger as questões ligadas às origens provenientes de terra e ainda a indústria *off-shore*. Estas duas Convenções vieram, mais tarde a ser atualizadas e unificadas através da Convenção OSPAR em 1992. A áreas da biodiversidade e ecossistemas vieram a ser consideradas apenas em 1998, permitindo, desta forma, considerar a atividade antrópica, não poluente e, desta forma, procurar avaliar em que termos esta pode afetar o estado do Oceano.

Assegurar as obrigações de Portugal, enquanto parte contratante e promover uma participação nacional articulada através da representação nos diversos Comitês e Grupos constituídos no âmbito da OSPAR com os seguintes objetivos:

- Assegurar o acompanhamento nacional de uma forma integrada dos diferentes Comitês e Grupos de Trabalho, afirmando a posição de Portugal como uma nação marítima;
- Assegurar a articulação com as obrigações do Estado português no âmbito da Diretiva Quadro Estratégia Marinha e em especial no acompanhamento Grupo de Correspondência Intersectorial para a implementação da DQEM;
- Promover a reafirmação da soberania dos Estados e da importância do conhecimento, prospeção, preservação e utilização sustentável dos seus recursos;
- Reafirmar e dar continuidade ao trabalho desenvolvido no âmbito da classificação de Áreas Marinhas Protegidas, designadamente na Plataforma Continental Estendida.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) – MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGE)G
Comité da Indústria *offshore* – OIC
- Agência Portuguesa de Ambiente (APA)
Comité dos Impactes Ambientais das Atividades Humanas -EIHA (Coordenação)
Grupo de Correspondência Intersectorial sobre o lixo marinho (Coordenação)
Grupo de Correspondência Intersectorial sobre análise socioeconómica
Grupo de Trabalho sobre entradas no ambiente marinho
Grupo de peritos DYNAMEC (substâncias perigosas)
Grupo de Correspondência Intersectorial para a revisão do procedimento comum
Grupo de Correspondência Intersectorial sobre modelos de eutrofização

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
Grupo de Correspondência Intersectorial sobre impactes cumulativos (Coordenação)
Grupo de Correspondência Intersectorial sobre análise socioeconómica (Coordenação)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) – Chefia da Delegação
Grupo de Coordenação (Coordenação)
Grupo de Correspondência Intersectorial sobre Áreas Marinhas Protegidas (Coordenação)
Comité dos Impactes Ambientais das Atividades Humanas - EIHA
Grupo de Correspondência Intersectorial sobre o lixo marinho
Grupo de Correspondência Intersectorial sobre impactes cumulativos
Grupo de Correspondência Intersectorial sobre análise socioeconómica
Grupo de Trabalho sobre a monitorização e sobre tendências e efeitos das substâncias no Ambiente Marinho
Grupo de Correspondência Intersectorial para a implementação da DQEM - ICG MSFD

- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
 - Grupo dos Juristas / Linguistas
 - Grupo de Correspondência Intersectorial sobre Áreas Marinhas Protegidas
 - Grupo de Correspondência Intersectorial sobre a avaliação da biodiversidade e monitorização

 - Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
 - Grupo de Coordenação
 - Comité da Biodiversidade – BDC (Coordenação)
 - Grupo de Correspondência Intersectorial sobre a avaliação da biodiversidade e monitorização (Coordenação)
 - Comité das Substâncias Perigosas e da Eutrofização - HASEC
 - Grupo de Trabalho sobre a monitorização e sobre tendências e efeitos das substâncias no Ambiente Marinho (Coordenação)
 - Grupo de Correspondência Intersectorial sobre modelos de eutrofização (Coordenação)
 - Grupo de Correspondência Intersectorial para a implementação da DQEM - ICG MSFD

 - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
 - Comité da Biodiversidade - BDC
 - Grupo de Correspondência Intersectorial sobre Áreas Marinhas Protegidas
 - Grupo de Correspondência Intersectorial sobre a avaliação da biodiversidade e monitorização
 - Grupo de Correspondência Intersectorial sobre o lixo marinho
- Ministério da Educação e Ciência (MEC)
- Instituto Superior Técnico (IST) / Instituto Tecnologia e Nuclear (ITN)
 - Comité das Substâncias Radioativas - RSC

Governo Regional dos Açores (GRA)

Tarefas

1. Identificar, nos termos das obrigações de Parte Contratante, a informação contida em bases de dados relativas ao estado das águas marinhas, aos sistemas e às atividades ou medidas que a afetam ou que são suscetíveis de a afetar;
2. Assegurar que os dados a reportar à Comissão OSPAR, relativos às diferentes temáticas, são enviados, em articulação com a posição nacional, através do elemento coordenador de cada Comité e Grupo, garantindo a sua recolha junto das instituições competentes para a produção ou gestão dos mesmos;
3. Produção dos relatórios periódicos e outros, inserindo os dados recolhidos, nos termos das obrigações estabelecidas para as Partes Contratantes;
4. Preparação da participação nos grupos de trabalho, emitindo contributos compatíveis com a posição nacional em cada matéria, sob coordenação do Grupo de Coordenação e em estreita articulação com o Chefe de Delegação (*Head of Delegation*);
5. Desenvolvimento de ações de cooperação com instituições de investigação, em defesa dos princípios do interesse público e da eficiência da Administração.

Resultados Esperados

- Responder aos compromissos nacionais no âmbito da Convenção OSPAR;
- Proceder à classificação de novas Áreas Marinhas Protegidas no âmbito da OSPAR;
- Assegurar a defesa dos interesses de Portugal no âmbito da Convenção OSPAR, através de uma posição nacional harmonizada.

Calendarização

2013-2020:

- Participação nas reuniões dos chefes de delegação e na sua preparação em articulação com o grupo de coordenação e nas reuniões previstas de acordo com as prioridades nacionais;
- Assegurar a participação nos grupos de trabalho, privilegiando a discussão e colaboração *on-line*.

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1208-P1208032

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #3

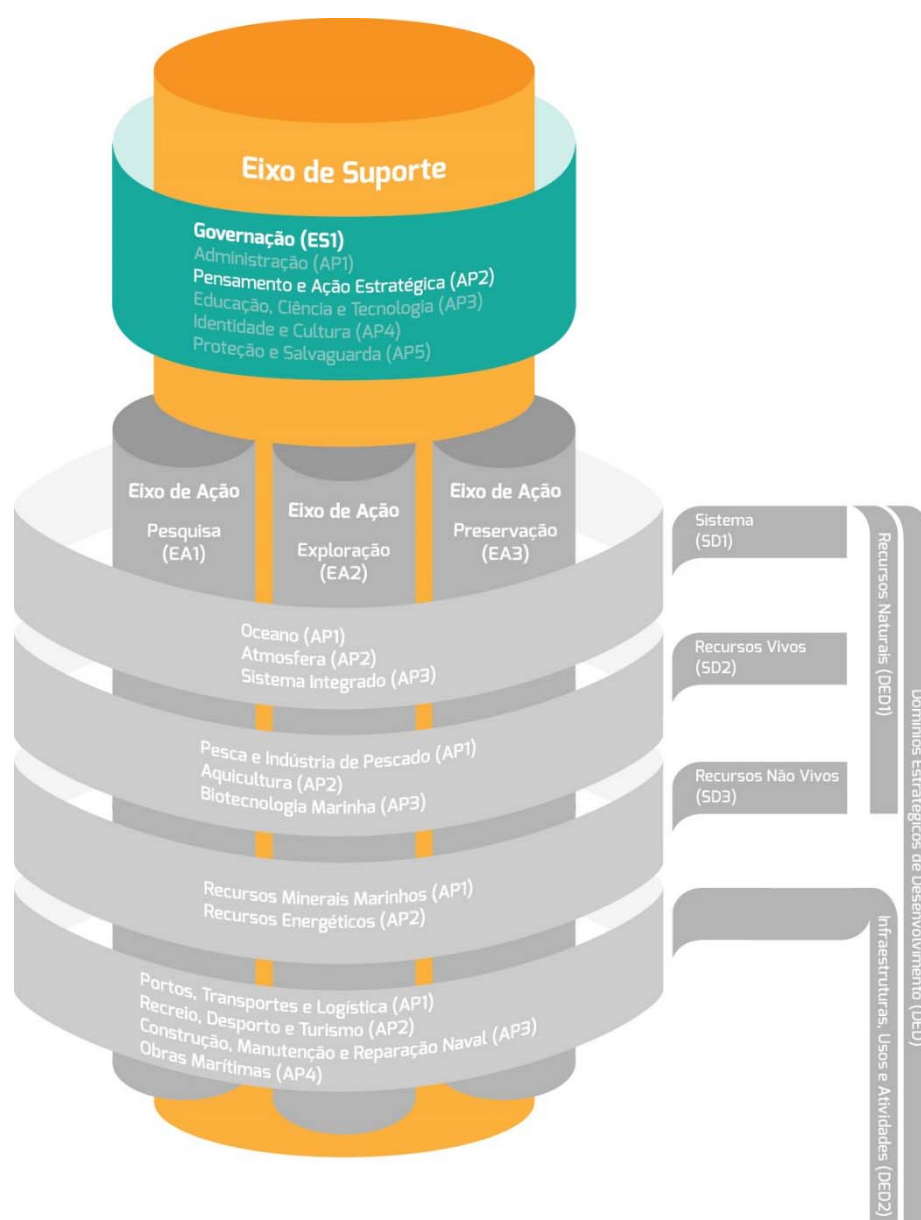
PA – Internacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Internacional

União Europeia (Ação Externa)



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

União Europeia (Ação Externa)

Objetivos

- Apoiar os países da região do Golfo da Guiné na implementação de medidas visando a melhoria da segurança marítima na região, principalmente nos aspectos relacionados com o Combate à Pirataria Marítima e o Roubo Armado no Mar, inserido no contexto do Programa das Rotas Marítimas Críticas e tendo em consideração:
 - A Resolução 2039 do CSNU;
 - A contribuição para a melhoria da gestão dos assuntos do mar.
- Desenvolver a Fase III – “Implementação” do projecto;

Desenvolvimento:

O objectivo geral do Programa é incrementar a segurança e protecção marítimas e desta forma contribuir para tornar mais seguras as vias de comunicação marítimas em zonas consideradas críticas para os interesses da EU (i.e. o Estreito de Malaca e Singapura, e o Oceano Índico Ocidental, mais particularmente o Golfo de Aden e o Corno de África, e o Golfo da Guiné).

Em relação à criação de um mecanismo de treino ao nível regional, o projecto já identificou na sua FASE II dois institutos marítimos regionais existentes no Golfo da Guiné, um dedicado aos países francófonos - a Academia Regional de Ciências e Técnicas do Mar, localizada em Abidjan, Costa do Marfim e outro para os países anglófonos, - a Universidade Marítima Regional, localizada em Acra, no Gana, ambos vocacionados para a formação e treino na área dos assuntos do mar.

A intenção é priorizar estas duas instituições regionais reforçando as suas capacidades na área da segurança marítima através da proposta de cursos regionais, respectivo currículo e apoiando a sua implementação. Será ainda analisada a possibilidade a utilização de outras instituições nacionais na área da formação e treino marítimo, sob a coordenação da Academia Marítima de Abidjan e/ou da Universidade Marítima de Acra.

Em termos gerais, a principal lacuna em termos de formação e treino já foi identificada e está relacionada com a necessidade de se dispor de pessoal qualificado e experiente para poder operar nos centros marítimos de comando e controlo, nacionais e regionais, tais como MRCCs, MRSCs, VTSs, VTMSs, centros de coordenação de movimentação portuária, centros de coordenação marítima.

No campo da partilha de informação marítima, está previsto a criação de uma plataforma que vai permitir o funcionamento da Rede Regional de Partilha de Informação Marítima do Golfo da Guiné, a “GoGMIS Network”. Cada país beneficiário vai participar na rede com o seu centro nacional de coordenação da informação marítima representado por um nó/centro.

Este nó/centro vai ficar ligado à plataforma e ser capaz de inserir/extrair informação marítima e permitir a compilação/disponibilização do panorama da situação marítima ao nível regional (*regional white picture*).

Realça-se o facto de que a rede vai incluir uma lista de Pontos Focais para a região do Golfo da Guiné, incorporando os procedimentos já em uso noutras regiões por outros centros de partilha de informação marítima tais como o ReCAAP, no Sudeste de Ásia e o ReMISC, no Oceano Índico Ocidental.

Está prevista uma participação relevante de ambas as Comunidades Económicas Regionais – CEDEAO e CEEAC.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

A participação da Direcção-Geral de Política do Mar (DGPM) no projecto fica a dever-se a um convite endereçado pela *France Expertise Internationale* (FEI) para integrar o Consórcio formado para concorrer a esta fase do projecto. O consórcio liderado pela FEI integra também:

- A “*Direction de la Coopération de Sécurité et de Défense – (DCSD)*”, do Ministério dos Negócios Europeus e Estrangeiros Francês
- A “*Fundación Internacional y para Iberoamérica de Administración y Políticas Públicas (FIIAPP)*”, de Espanha,
- “*Foreign and Commonwealth Office (FCO)*”, do Reino Unido,

bem como os seguintes estabelecimentos de ensino de assuntos marítimos de reconhecido valor:

- A “*Satakunta University of Applied Sciences (SAMK)*”, da Finlândia,
- A “*International Maritime Safety Security Environment Academy (IMSSEA)*”, da Itália, e
- A “*Szczecin Maritime University (AMS)*”, da Polónia.

Tarefas

1. Determinar a vontade dos países da região em participar no projecto (correspondente à Primeira Fase “exploração inicial” já concluída);
2. Preparar e detalhar a implementação (correspondente à Segunda Fase “preparação detalhada” já concluída);
3. Implementar as ações e medidas que concretizam os objectivos do projeto (correspondente à Terceira Fase “implementação final”, a ter o seu início em Janeiro de 2013).

Resultados Esperados

- Aumentar do nível de partilha de informação, a coordenação e cooperação no campo da segurança e protecção marítimas e em especial no combate à pirataria marítima e roubo armado no mar na região, através das seguintes acções:
 - Estabelecer um mecanismo regional de formação e treino que materialize o “Projecto Educacional” e que responda às necessidades regionais na área da segurança marítima;
 - Incrementar o nível de partilha de informação marítima e as capacidades estabelecidas, quer ao nível da região quer ao de cada um dos países beneficiários;
 - Implementar um mecanismo visando a coordenação inter-agência na acção de Estado no mar;
 - Apoiar as Organizações Regionais na definição e implementação das suas estratégias para o mar.

Calendarização

2013-2016

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento comunitário:

Instrumento de Estabilidade (Serviço de Ação Externa da UE)

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1208-P1208033

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #3

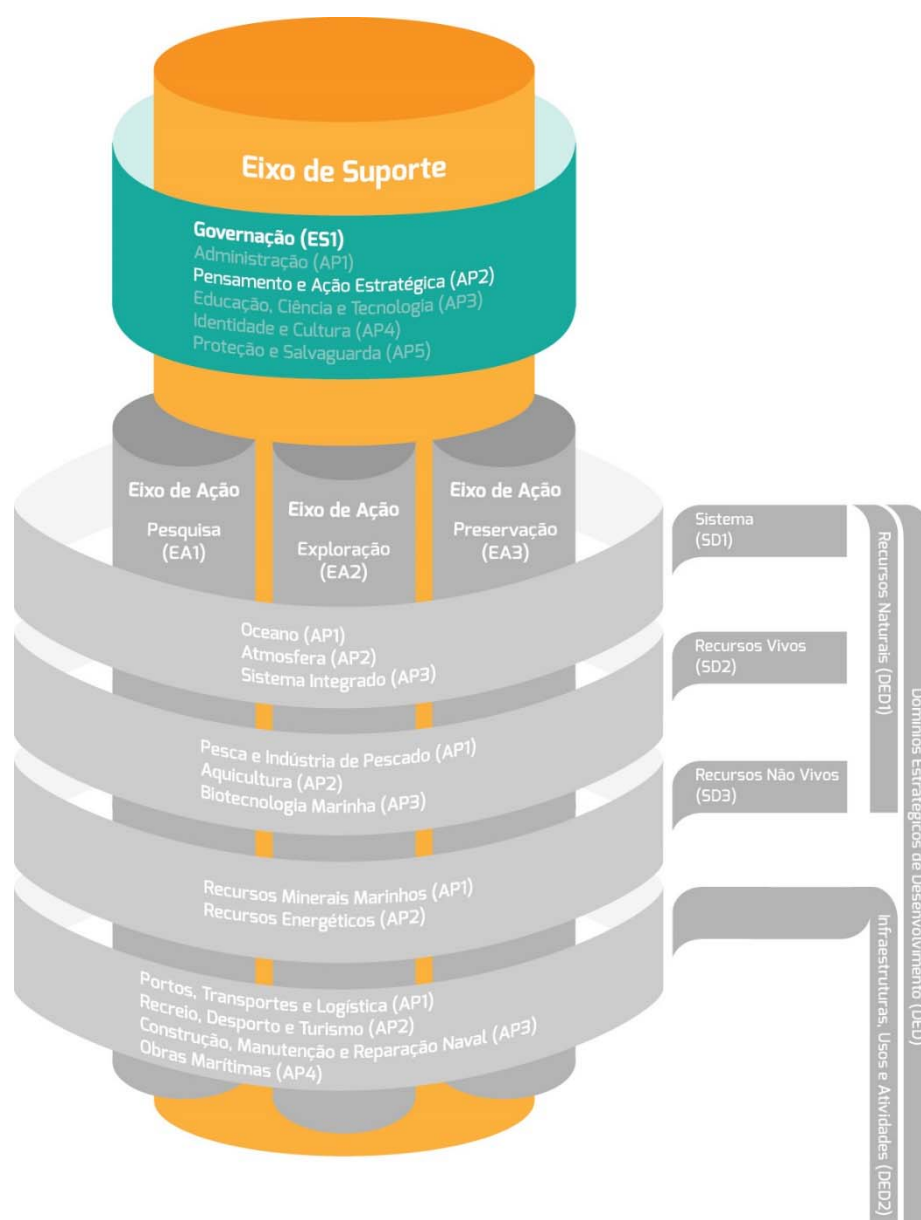
PA – Internacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Internacional

Cooperação bilateral com países amigos



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Cooperação Bilateral com Países Amigos

Objetivos

- Identificar e promover acções de cooperação bilateral com países amigos, abordando a reflexão estratégica e a ação executiva sobre o mar, formulando os principais objetivos a alcançar e implementando os respetivos planos de ação, internos e externos;
- Contribuir para uma cooperação internacional que privilegia os fora sobre os Oceanos;
- Promover a especialização de recursos humanos e a capacitação tecnológica para apoio à investigação científica orientada para o mar profundo;
- Aplicar o potencial dos recursos humanos formados no Projeto de Portugal, para apoio na preparação da Proposta de Extensão da Plataforma Continental, nos termos do artigo 76º da CNUDM, de países com os quais o Estado Português celebre acordos de cooperação;
- Utilizar os equipamentos oceanográficos adquiridos no âmbito do Projeto de Extensão da Plataforma Continental (PEPC) de Portugal em benefício de outros países, com os quais Portugal estabeleça acordos de cooperação.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) em articulação com a Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Núcleo da equipa:

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (CICL)
- Direcção Geral de Política Externa (DGPE)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direcção-Geral de Política do Mar (DGPM) (que coordena)
- Gabinete de Planeamento e Políticas (GPP)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)

Outras Entidades

- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Desenvolvimento de trabalhos preparatórios com vista à identificação de oportunidades de cooperação futura, em áreas estratégicas, com países amigos;
2. Apoio na definição da componente marítima em declarações e outros documentos a elaborar no contexto de cimeiras com países amigos
3. Preparação de documentos enquadradores da cooperação entre Portugal e países amigos no âmbito marítimo, no contexto civil, e respectivos planos de ação;
4. Monitorização das acções de cooperação estabelecidas;
5. Divulgação do projeto português de extensão da plataforma continental, resultados e desenvolvimentos, nomeadamente, através das seguintes tarefas:
 - Realização de palestras e participação em conferências internacionais;
 - Realização de *workshop*stematizados sobre o processo de extensão da plataforma continental, numa perspectiva interdisciplinar, destinados em particular a outros países da CPLP;
 - Apoio a Estados com os quais Portugal estabeleça acordos de cooperação, no processo de estabelecimento das respetivas linhas de base;
 - Cooperação no planeamento e realização de ações de conhecimento das características geológicas e hidrográficas do fundo submarino ao largo de Estados com os quais Portugal estabeleça acordos de cooperação;
 - Colaboração no planeamento e realização de campanhas oceanográficas dedicadas a colmatar as lacunas de informação identificadas, por forma a caracterizar cartograficamente os fundos marinhos ao largo de Estados com os quais Portugal estabeleça acordos de cooperação;
 - Auxílio de Estados com os quais Portugal estabeleça acordos de cooperação na criação e/ou atualização da estrutura de base de dados de apoio ao projeto de extensão da plataforma

continental criando a base de um sistema nacional de monitorização e gestão integrada do oceano;

- Apoio de Estados com os quais Portugal estabeleça acordos de cooperação, no processo de preparação da negociação e estabelecimento de fronteiras com outros Estados;
- Assessoria para a participação nos fora internacionais relativos aos fundos marinhos e seus recursos, em particular no âmbito das Nações Unidas e organizações regionais.

Resultados Esperados

- Declarações conjuntas entre Portugal e países amigos;
- Documentos enquadradores da cooperação bilaterais, em áreas estratégicas, e respectivos planos de acção;
- Respostas a inquéritos relativos a pontos de situação da cooperação entre Portugal e países amigos, na área marítima;
- Sensibilização para a oportunidade de extensão da plataforma continental, nos termos do disposto no artigo 76º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.
- Melhor caracterização e conhecimento dos fundos marinhos pelos Estados com os quais se desenvolva este projeto de cooperação, especialmente nas zonas para as quais a informação atualmente disponível é reduzida ou inexistente;
- Estabelecimento de linhas de base pelos Estados com os quais se desenvolva este projeto de cooperação;
- Desenvolvimento de projetos nacionais por estes Estados para a apresentação de informação preliminar e proposta de extensão da plataforma continental, nos termos do disposto no artigo 76º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.
- Desenvolvimento dos processos de delimitação dos espaços marítimos;
- Utilização pela comunidade científica, nacional e internacional, dos resultados do processo de cooperação internacional para o PEPC;
- Treino de estudantes universitários de outros países da área da geologia, geofísica, oceanografia, hidrografia e direito do mar, em laboratório e gabinete, através de workshops dedicados, *in situ*, durante as campanhas oceanográficas realizadas e durante as reuniões e conferências internacionais sobre o processo de extensão da plataforma continental.

Calendarização

2013-2018

Relativamente à divulgação do projeto português de extensão da plataforma continental:

2013 – 2018:

- Realização de apresentações e palestras para divulgação do projeto de extensão da plataforma continental de Portugal e sensibilização para esta oportunidade junto de outros países, em particular da CPLP;
- Participação em conferências internacionais no âmbito do processo de extensão da plataforma continental e dos recursos dos fundos marinhos;
- Realização de um conjunto de *workshop* temáticos sobre o processo de extensão da plataforma continental, numa perspetiva interdisciplinar;
- Planeamento e desenvolvimento das ações a desenvolver em resposta a pedidos de cooperação, que sejam dirigidos à EMEPC pela tutela para o desenvolvimento da cooperação para o projeto de extensão da plataforma continental.

2017:

- Edição de uma publicação, reunindo conclusões dos workshops temáticos realizados;
- Apresentação dos resultados deste projeto de cooperação em pelo menos uma conferência nacional e uma conferência internacional.

2018:

- Edição de uma publicação com a avaliação do desenvolvimento deste projeto de cooperação;
- Apresentação dos resultados deste projeto de cooperação em pelo menos uma conferência nacional e uma conferência internacional.

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - A suportar internamente pelas entidades que integram a ETE (Equipa Técnica Especializada).

A serem identificadas, caso a caso, pela equipa sempre que se revele necessário, para além dos inerentes custos de funcionamento das instituições envolvidas.

Relativamente à divulgação do projeto português de extensão da plataforma continental:

Financiamento Nacional:

OE - 600.795,97€ (orçamento EMEPC)

Custo total previsto 2013-2018:

- 2013: 167.795,97€
- 2014: 100.000,00€
- 2015: 100.000,00€
- 2016: 100.000,00€
- 2017: 100.000,00€
- 2018: 33.000,00€

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1209

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Acção Estratégica

Efeito(s)

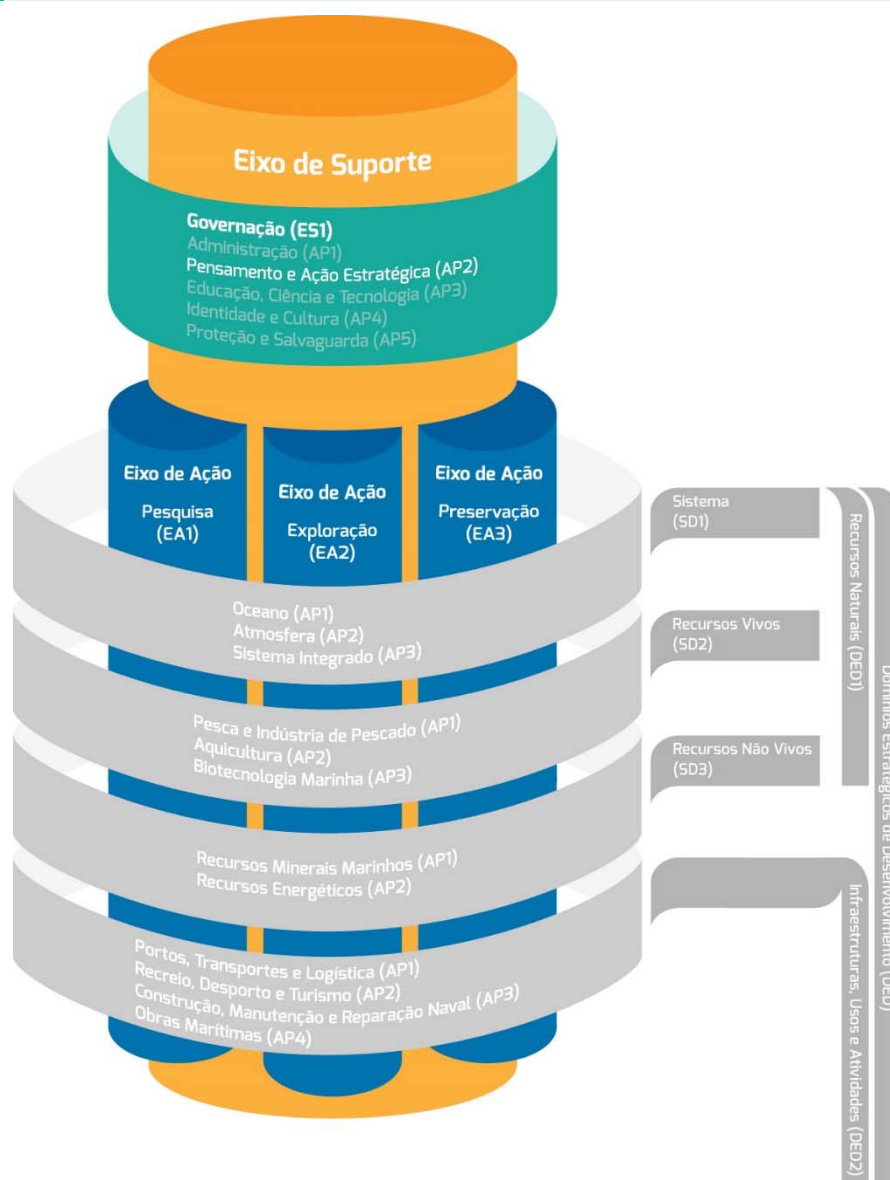
#1 – Monitorização da ENM 2013-2020, envolvendo a avaliação sistemática das acções implementadas, do ambiente externo e da articulação e harmonização das diferentes iniciativas nacionais e internacionais em curso e em preparação.

#2 - Lei do Mar atualizada com os limites das zonas marítimas nacionais que decorrerão do reconhecimento da plataforma continental estendida, Pela Comissão de Limites das Nações Unidas, e com a correspondente atribuição de competências no quadro do exercício da autoridade do Estado no mar.

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Nacional	
	Estratégia Nacional para o Mar
	Extensão da Plataforma Continental
	Linhas de Base de Portugal
	Plano Estratégico Nacional de Segurança Marítima 2014-2020
	Plano Estratégico Nacional para as Pescas 2014-20
	Plano Estratégico Nacional para os Portos de Pesca 2014-20
	Plano Estratégico Nacional para a Aquicultura 2014-20



Programa de Ação

Nacional

P1209034 - Estratégia Nacional para o Mar
P1209035 - Extensão da Plataforma Continental
P1209036 - Linhas de Base de Portugal
P1209037 - Plano Estratégico Nacional de Segurança Marítima 2014-2020
P1209038 - Plano Estratégico Nacional para as Pescas 2014-20
P1209039 - Plano Estratégico Nacional para os Portos de Pesca 2014-20
P1209040 - Plano Estratégico Nacional para a Aquicultura 2014-20

Objetivos

- Promover a reflexão estratégica e a ação executiva sobre o mar, formulando os principais objetivos a alcançar e implementando os respetivos planos de ação, internos e externos.
- Promover a pesquisa, disponibilidade de serviços de monitorização e avaliação de riscos, e ativação de medidas de preservação, envolvendo o conjunto das interações no Oceano.

Desenvolvimento: Prevê-se como efeito contribuir para uma cooperação científica que promova parcerias entre os principais parceiros, públicos e privados.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério das Finanças (MF)

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Direção-Geral de Política Externa (DGPE)
- Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (CICL)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Marinha Portuguesa / Instituto Hidrográfico (IH)

Ministério da Administração Interna (MAI)

Ministério da Justiça (MJ)

- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

Ministério dos Assuntos Parlamentares (MAP)

Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR)

Ministério da Economia (ME)

- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT)
- Direção-Geral das Actividades Económicas (DGAE)
- Turismo de Portugal (TP)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Direção-Geral do Território (DGT)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – Coordenação
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Docapesca

Ministério da Saúde (MS)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)
- Instituto Tecnológico Nuclear (ITN)

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)
- Secretaria de Estado do Desporto e Juventude (SEDJ)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades

- Institutos públicos
- Laboratórios do Estado
- Universidades
- Instituto Superior Técnico (IST)
- Centros de Investigação
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo dos projetos

Resultados Esperados

- Enriquecimento da proposta de extensão da plataforma continental de Portugal;
- Caracterização e conhecimento dos fundos marinhos, especialmente nas zonas para as quais a informação atualmente disponível é inexistente ou de reduzida qualidade;
- Acompanhamento e conhecimento atualizado do contexto internacional relativo aos projetos apresentados junto das Nações Unidas e respetiva análise pela Comissão de Limites da Plataforma Continental;
- Utilização pela comunidade científica, nacional e internacional, dos resultados do Projeto de Extensão da Plataforma Continental (PEPC);
- Publicação de trabalhos científicos relacionados com o projeto de extensão da plataforma continental, nomeadamente em sistemas de informação geográfica (SIG), geologia, geofísica, biologia e direito internacional público;
- Treino de estudantes universitários da área da geologia, geofísica, hidrografia, biologia e direito do mar, em laboratório e gabinete, através de *workshops* dedicados, *in situ*, durante as campanhas oceanográficas realizadas e durante as reuniões e conferências internacionais sobre o processo de extensão da plataforma continental;
- Sensibilização nacional para a oportunidade de extensão da plataforma continental, nos termos do disposto no artigo 76º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar;
- Afirmação internacional de Portugal, no âmbito do processo de extensão da plataforma continental;
- Determinação da linha de costa para efeitos de determinação dos pontos de apoio das linhas de base;
- Aperfeiçoamento do conhecimento e das estratégias nacionais para os setores da pesca, aquicultura e portos, num contexto nacional.

Calendarização

2013-2015

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE - orçamento das entidades envolvidas

Financiamento Comunitário:
FEAMP, Horizon 2020 (a identificar)

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1209-P1209034

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP – Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #2

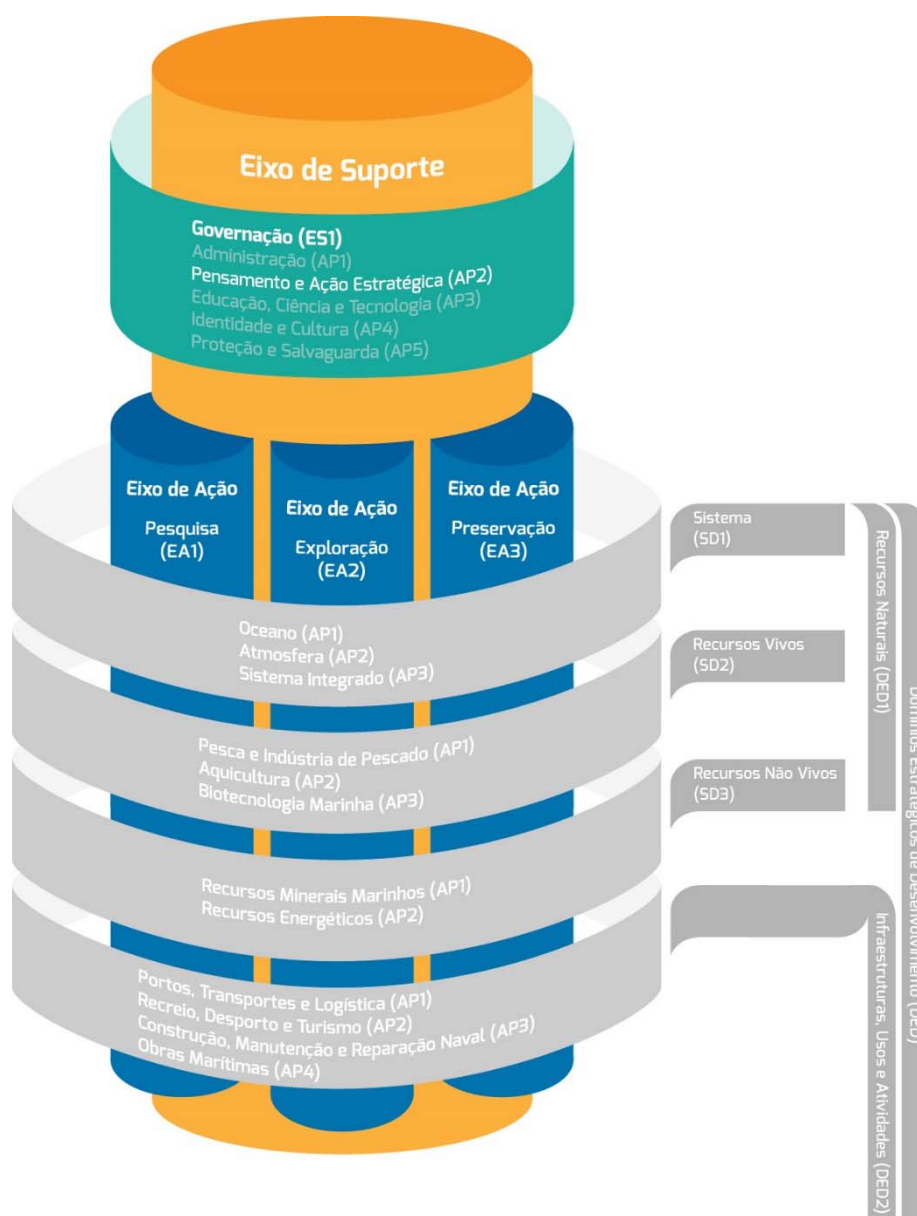
PA – Nacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Nacional

Estratégia Nacional para o Mar



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Estratégia Nacional para o Mar

Objetivos

- Garantir a implementação e o funcionamento eficaz e eficiente do modelo de desenvolvimento da Estratégia Nacional para o Mar (ENM), incluindo as ações de monitorização da concretização e dos resultados desta Estratégia.

Desenvolvimento: A ENM, orientada para o crescimento azul, em alinhamento com os objectivos da Estratégia Europa 2020, será implementada segundo um modelo de intervenção que prevê a definição de prioridades de ação numa plena articulação das políticas públicas.

A atuação será realizada a vários níveis geográficos (internacional, nacional, regional ou local), a nível público e privado, numa intervenção que se pretende sustentável e que, portanto, envolverá uma atuação simultânea segundo os eixos da pesquisa, da exploração e da preservação, em cada um dos domínios considerados estratégicos para o desenvolvimento.

A moldura de intervenção deverá ser garantida a dois planos distintos: a) o alinhamento entre os agentes públicos e privados, e assim, entre as políticas públicas e as oportunidades de concretização do potencial do Mar-Portugal; b) a priorização e coordenação na definição das políticas públicas para o Oceano, ao nível da Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar (CIAM), e da respetiva concretização pelas tutelas, de uma forma concertada.

Entidade Coordenadora

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Núcleo da equipa:

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM) (coordenação do projeto) - com o suporte técnico da Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)

Comissão Interministerial para os Assuntos do Mar:

Primeiro-Ministro

e pelos membros do Governo responsáveis pelas seguintes áreas:

Finanças;
Negócios Estrangeiros;
Defesa Nacional;
Administração Interna;
Justiça;
Cultura;
Juventude e Desporto;
Desenvolvimento Regional;
Economia;
Portos e Transportes Marítimos;
Ambiente e Ordenamento do Território;
Energia;
Mar;
Saúde;
Educação e Ciência;
Emprego;
Solidariedade e Segurança Social.

Outros membros do Governo que venham a ser convocados por indicação do Primeiro-Ministro

Em articulação com as instituições da orgânica das tutelas que intervenham na CIAM, com atuação a nível nacional, regional ou local.

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades:

- Representantes dos sectores da economia do mar e outras organizações não governamentais
- Academia, laboratórios ou outras instituições privadas vocacionadas para a ciência e a inovação no Oceano
- Agentes económicos, ou outros, que desenvolvam projectos e outras acções que se enquadrem no Plano Mar Portugal

Tarefas

1. Preparação das reuniões da CIAM e apoio à actividade desta Comissão;
2. Compilação de informação relevante para apoio à reflexão estratégica da CIAM;
3. Promover a participação da sociedade civil no debate dos temas estratégicos;
4. Garantir uma Base de Dados de atores no espaço Mar-Portugal, públicos e privados, representantes sectoriais ou outros, no garante da facilitação do diálogo.

Resultados Esperados

- Regular funcionamento da CIAM;
- Pontos de situação da concretização dos projectos do Plano Mar-Portugal;
- Pontos de situação da monitorização de apoio à Estratégia Nacional para o Mar para suporte à decisão;
- Pontos de situação da participação da sociedade civil na elaboração das políticas públicas.

Calendarização

2013 e anos subsequentes

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - A suportar internamente pelas entidades que integram a ETE (Equipa Técnica Especializada).

Patrocínios

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1209-P1209035

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP – Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #2

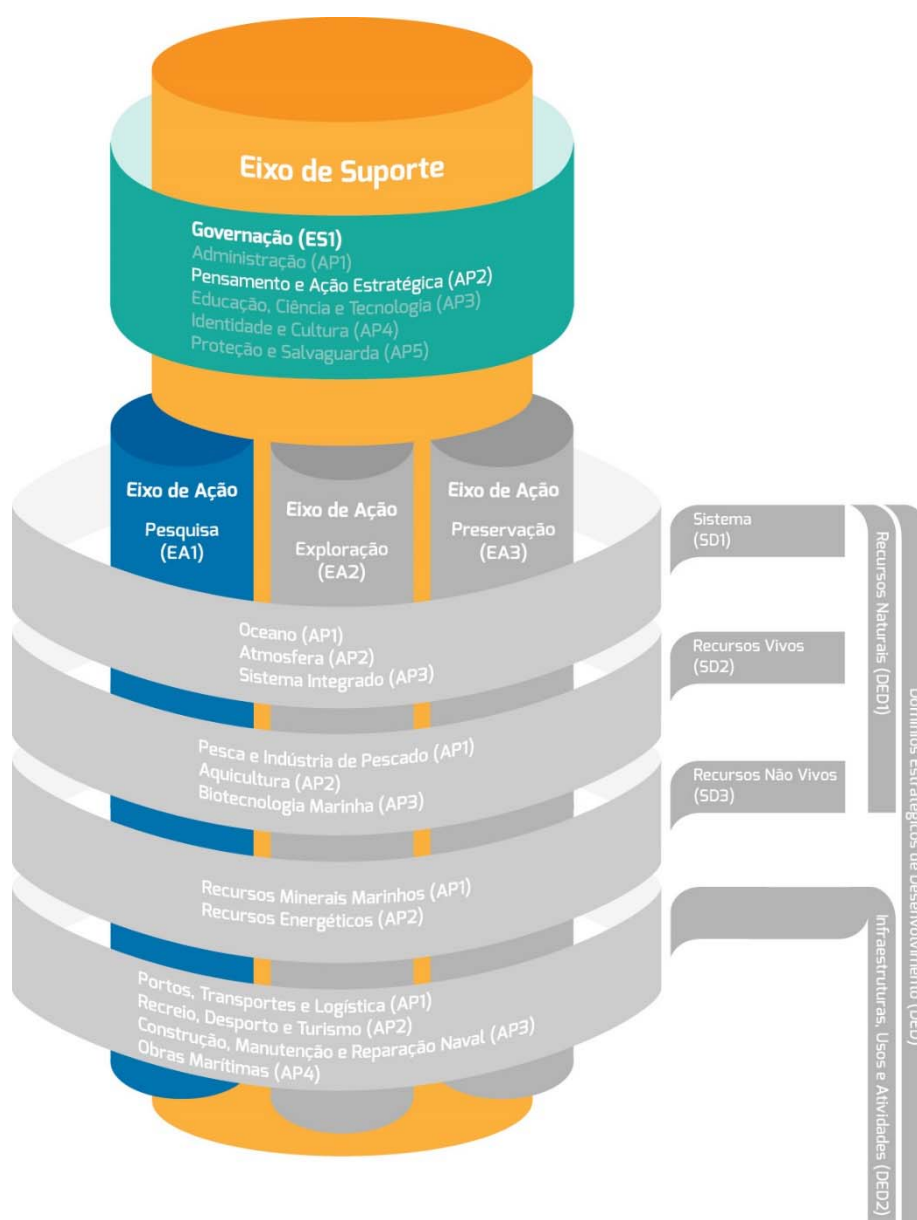
PA – Nacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Nacional

Extensão da Plataforma Continental



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Extensão da Plataforma Continental

Objetivos

- Promover a prospeção de recursos naturais marinhos no âmbito dos projetos a levar a cabo pela EMEPC, nomeadamente nos cruzeiros científicos realizados no quadro do Projeto de Extensão da Plataforma Continental;
- Acompanhar e analisar os processos de extensão de plataforma continental de outros Estados e da respetiva tramitação junto da Comissão de Limites da Plataforma Continental;
- Dar apoio na preparação de propostas de extensão da plataforma continental dos Estados com os quais o Governo Português venha a estabelecer acordos de cooperação neste domínio;
- Manter e atualizar a estrutura de base de dados de apoio ao projeto de extensão da plataforma continental criando a base do sistema nacional de monitorização e gestão integrada do oceano;
- Promover o desenvolvimento de projetos de investigação e desenvolvimento orientados para a exploração dos dados e informação obtidos no desenvolvimento do projeto de extensão da plataforma continental;
- Desenvolver a capacidade tecnológica nacional no âmbito do mar profundo;
- Reforçar o corpo científico nacional promovendo a realização de programas de doutoramento diretamente relacionados com o projecto de extensão da plataforma continental, nomeadamente em sistemas de informação geográfica (SIG), geologia, geofísica, biologia e direito internacional público;
- Promover a participação de jovens estudantes e investigadores nos projectos promovidos pela EMEPC, nomeadamente através da sua participação nos cruzeiros científicos a realizar para o efeito como contribuição para o esforço nacional de regresso ao oceano.

Entidade Coordenadora

Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) – MAM

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)
- Marinha Portuguesa

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) – Coordenação

Outras Entidades

- Institutos públicos
- Laboratórios do Estado
- Universidades
- Centros de Investigação

Tarefas

1. Realização de campanhas oceanográficas dedicadas a colmatar as lacunas de informação identificadas, por forma a completar a caracterização cartográfica dos fundos marinhos;
2. Cooperação com outras áreas científicas, nomeadamente Oceanografia e Ecologia, para dar resposta a compromissos internacionais, e robótica e veículos e instrumentos submarinos, para potenciar a capacidade nacional no Mar;
3. Acompanhamento e análise dos processos de extensão de plataforma continental de outros Estados e da respetiva tramitação junto da Comissão de Limites da Plataforma Continental;
4. Prestação de apoio na preparação de propostas de extensão da plataforma continental dos Estados com os quais o Governo Português venha a estabelecer acordos de cooperação neste domínio;
5. Apoio a projetos de investigação diretamente relacionados com o projeto de extensão da plataforma continental, nomeadamente em sistemas de informação geográfica (SIG), geologia, geofísica, biologia e direito internacional público;
6. Divulgação do projeto português, resultados e desenvolvimentos, através da realização de palestras e participação em conferências internacionais;
7. Desenvolvimento de ações de cooperação com outras instituições de investigação, em defesa dos princípios do interesse público e da eficiência da Administração;

8. Participação nos *fora* internacionais relativos aos fundos marinhos e seus recursos, em particular no âmbito das Nações Unidas, Autoridade Internacional sobre os Fundos Marinhos, Convenção sobre a Biodiversidade e Convenção OSPAR.

Resultados Esperados

- Melhor caracterização e conhecimento dos fundos marinhos, especialmente nas zonas para as quais a informação atualmente disponível é inexistente ou de reduzida qualidade;
- Acompanhamento e conhecimento atualizado do contexto internacional relativo aos projetos apresentados junto das Nações Unidas e respetiva análise pela Comissão de Limites da Plataforma Continental;
- Utilização pela comunidade científica, nacional e internacional, dos resultados do Projeto de Extensão da Plataforma Continental (PEPC);
- Publicação de trabalhos científicos relacionados com o projeto de extensão da plataforma continental, nomeadamente em sistemas de informação geográfica (SIG), geologia, geofísica, biologia e direito internacional público;
- Treino de estudantes universitários da área da geologia, geofísica, hidrografia, biologia e direito do mar, em particular, através de *workshops* dedicados e, *in situ*, durante as campanhas oceanográficas realizadas;
- Sensibilização nacional para a oportunidade de extensão da plataforma continental, nos termos do disposto no artigo 76º da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar;
- Afirmção internacional de Portugal, no âmbito do processo de extensão da plataforma continental.

Calendarização

2013 - 2018:

- Realização de Campanhas Oceanográficas de recolha de dados de geologia, geofísica e hidrografia;
- Processamento dos dados recolhidos;
- Atualização da informação para a defesa da proposta de extensão da plataforma continental de Portugal;
- Análise das propostas já apresentadas e das recomendações emitidas pela Comissão de Limites da Plataforma Continental;
- Publicação de trabalhos científicos relacionados com o projeto de extensão da plataforma continental;
- Realização de apresentações e palestras para divulgação do projeto de extensão da plataforma continental de Portugal e sensibilização nacional para esta oportunidade;
- Participação em conferências internacionais no âmbito do processo de extensão da plataforma continental e dos recursos dos fundos marinhos.

2014 - 2017:

- Apresentação dos resultados deste projeto em conferências nacionais e internacionais.

2018:

- Edição de uma publicação com a atualização da avaliação do desenvolvimento deste projeto.

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE 16.814.666,70€ (orçamento EMEPC – constitui, igualmente, base de suporte a outros projetos)

Custo total previsto 2013-2018:

- 2013: 2.314.666,70€
- 2014: 3.500.000,00€
- 2015: 3.500.000,00€
- 2016: 3.500.000,00€
- 2017: 2.500.000,00€
- 2018: 1.500.000,00€

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1209-P1209036

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #2

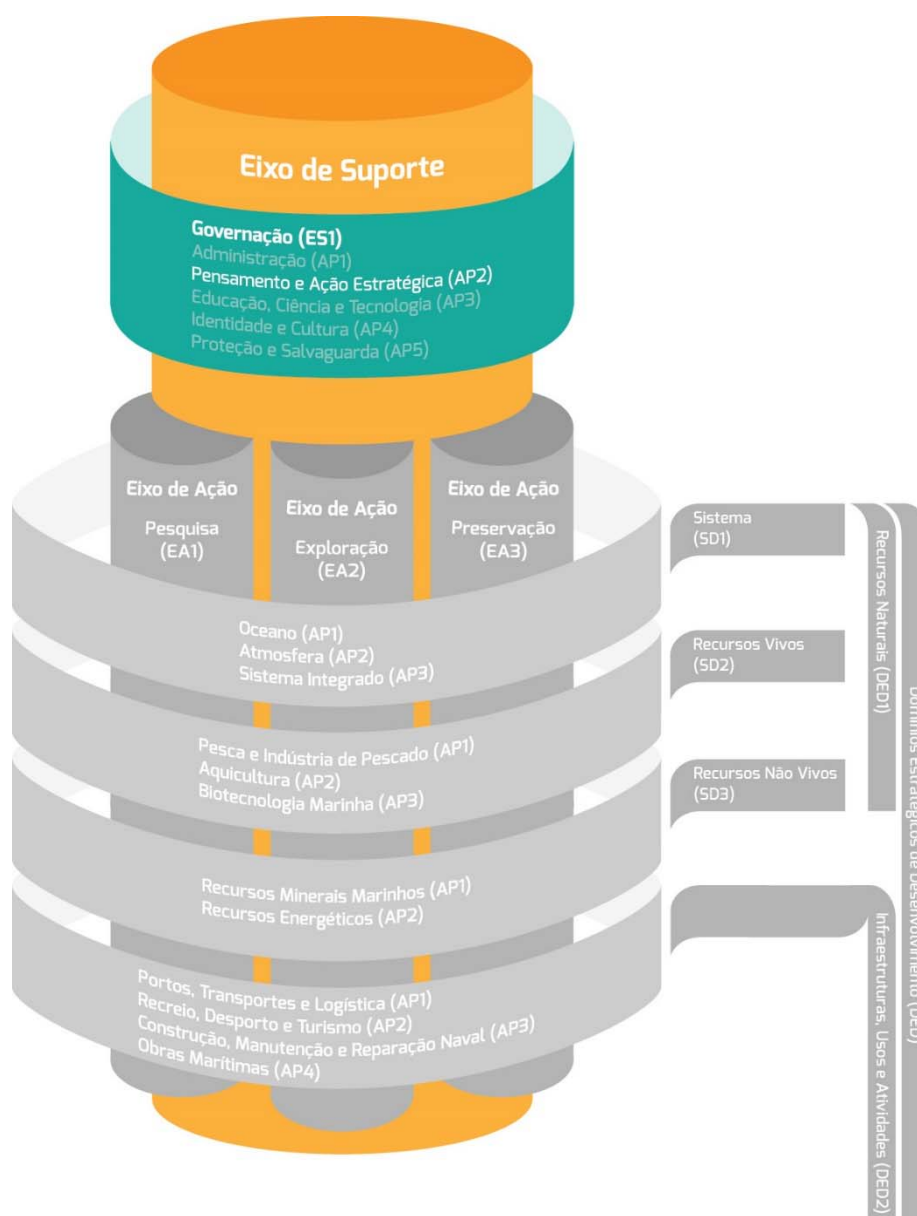
PA – Nacional

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Nacional

Linhas de Base de Portugal



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Linhas de Base de Portugal

Objetivos

- Determinar a linha de costa relativa ao plano do Zero Hidrográfico para efeitos de determinação dos pontos de apoio das linhas de base reta;
- Determinar a linha de costa relativa ao nível médio do mar;
- Determinação da linha de costa correspondente ao plano da máxima preia-mar de águas vivas equinociais para definição do limite do leito das águas do mar.

Entidade Coordenadora

Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) - MAM

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Marinha Portuguesa / Instituto Hidrográfico (IH)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

- Direção-Geral do Território (DGT)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) - Coordenação

Tarefas

1. Coligir a informação existente a nível nacional relativa à região intertidal;
2. Georreferenciação da informação nos sistemas de referência oficiais de Portugal Continental e Regiões Autónomas;
3. Construção dos modelos numéricos do terreno na região intertidal;
4. Extração da linha de costa;
5. Definição dos pontos de apoio das linhas de base reta oficiais considerando os sistemas de referência oficiais em vigor;
6. Atualização e publicação do sistema de linhas de base reta revisto para Portugal.

Resultados Esperados

- Obtenção de uma linha de costa de referência oficial para Portugal para servir os diversos propósitos da espacialização do uso e gestão do mar;
- Atualização do Decreto-Lei que define o sistema de linhas de base reta de Portugal quer no âmbito dos sistemas de georreferenciação em vigor, quer na exatidão espacial dos seus pontos de apoio.

Calendarização

2013-2014

Tarefas 1 a 6

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

-Mecanismo Financeiro do EEA 2009-2014: 100.000,00€

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1210

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Acção Estratégica

Efeito(s)

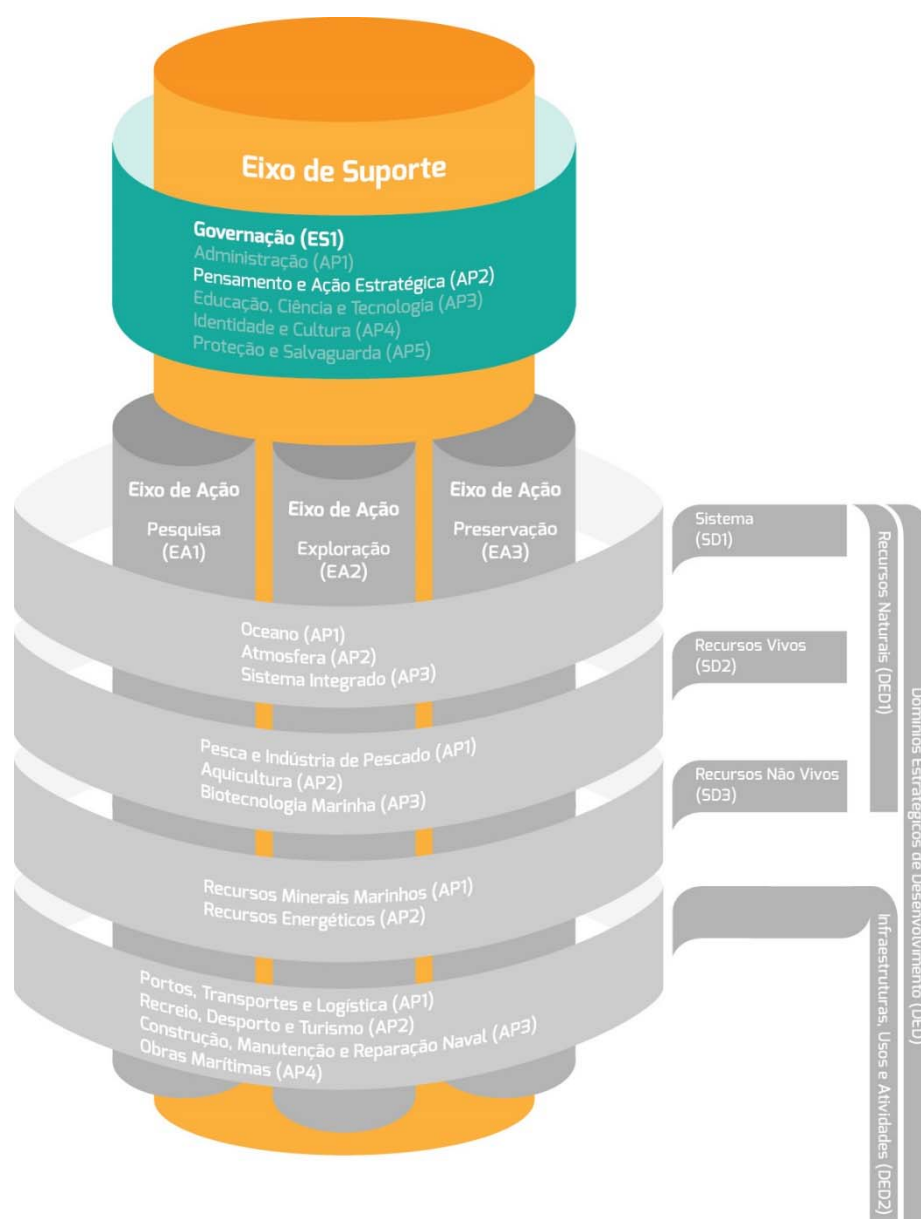
#1 - Monitorização da ENM 2013-2020, envolvendo a avaliação sistemática das ações implementadas, do ambiente externo e da articulação e harmonização das diferentes iniciativas nacionais e internacionais em curso e em preparação.

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Regional/Local

Polos de Mar



Programa de Ação

Regional / Local

P1210041 – Polos de Mar

Objetivos

- Promover a reflexão estratégica e a programação operacional multi-nível (integração vertical), formulando os principais objectivos a alcançar e implementando os respectivos planos de ação;
- Estabelecer um modelo de governação orientado para a ação, salientando-se o papel da governação regional e a articulação com o nível local que deve ser contemplada por uma dimensão de governação integrada, promovendo uma maior coerência e solidez estratégica e a estruturação e integridade do território (i.e. política integrada de base territorial).

Entidade Coordenadora

Direção Geral de Política do Mar (MAM)

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Economia (ME)

- Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT)
- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)
- Turismo de Portugal (TP)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Direção-Geral do Território (DGT)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar - coordenação
- Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Direção-Regional de Agricultura e Pescas (DRAP)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Docapesca

Ministério da Educação e da Ciência (MEC)

- Secretaria de Estado do Ensino Superior (SEES)
- Secretaria de Estado do Ensino e da Administração Escolar (SEEAE)

Presidência do Conselho de Ministros

- Secretaria de Estado do Desporto e Juventude (SEDJ)
- Comunidades intermunicipais
- Municípios

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades

- Fórum Empresarial da Economia do Mar (FEEM)
- Agência Independente do Desporto e do Mar (AIDEM)
- Escola Náutica Infante D. Henrique (ENIDH)
- Universidades e outros centros de investigação
- FOR-MAR - Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar

Resultados Esperados

- Promover a criação de Polos de Mar assentes nas comunidades estuarinas e litorais, enquanto entidade supramunicipal e numa rede de aglomerados urbanos e as suas frentes ribeirinhas.
- Estabelecer uma rede de iniciativas capazes de integrar, a diferentes escalas, os níveis internacional, nacional, regional e intermunicipal, com o envolvimento das comunidades locais concorrendo para a promoção da coerência, solidez estratégica e a estruturação do território necessária à matriz de ação;
- Contribuir para a qualificação e reestruturação do tecido urbano e para a ligação com o espaço marítimo, facilitando o acesso ao mar e criando condições para a consciência colectiva acerca da importância do Mar, permitindo, desde os primeiros níveis da formação, a aquisição de competências transversais nas diferentes áreas;
- Reconhecer os fatores de força e a identidade do território e ser capaz de mobilizar os seus agentes. O conhecimento e a inovação, a formação, o património e os recursos são os elementos que devem ser considerados e compreendidos como peças desta matriz de modo a evidenciar e fortalecer as realidades locais num contexto supramunicipal, regional e nacional;
- Criar de uma rede de serviços e indústria que contribuem para a economia do Mar sustentada em polos essencialmente de génese urbana que são por natureza locais de troca (distribuição e recepção).

Calendarização

2013-2020

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE - orçamento das entidades envolvidas

Financiamento Comunitário:
FEAMP, FEDER, PROMAR

GOVERNAÇÃO (PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1210-P1210041

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Pensamento e Ação Estratégica

Efeito(s) - #2

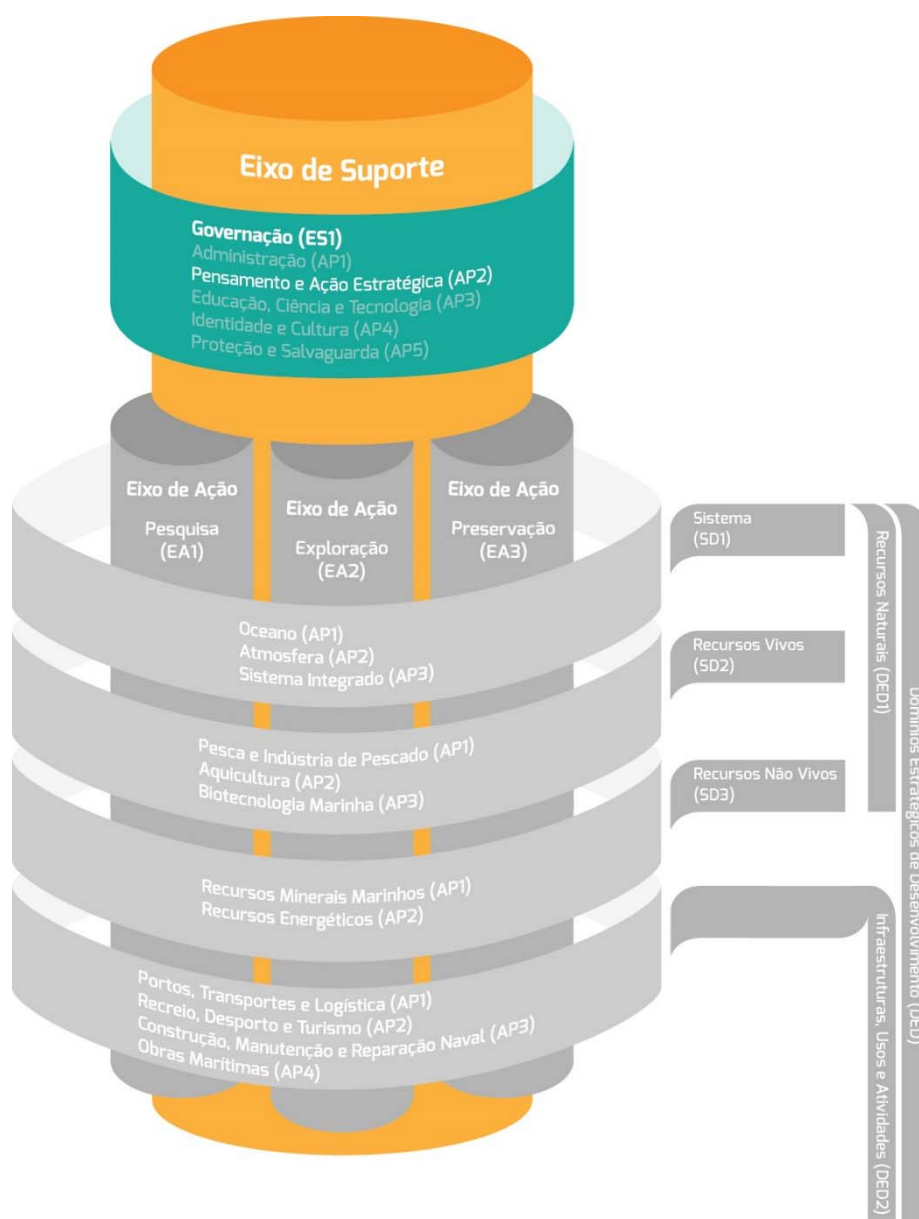
PA – Regional / Local

ES1 - GOVERNAÇÃO

PENSAMENTO E AÇÃO ESTRATÉGICA

Regional / Local

Polos de Mar



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Polos de Mar

Objetivos

- Promover a criação de uma rede de Polos de Mar sustentada num conjunto de centros nevrálgicos distribuídos ao longo do território nacional, com uma localização privilegiada na zona costeira, orientada para o fortalecimento da ligação entre cidades e frentes urbanas e ribeirinhas e núcleos piscatórios que se operacionalize através de temáticas e incidências territoriais variáveis e produtos turísticos (ex. o Urbanismo Azul);
- Promover de uma forma complementar e integrada as componentes de cada Polo de Mar, refletindo a identidade e as potencialidades de cada unidade e promovendo uma intensa cooperação entre os agentes de ação (integração horizontal).

Desenvolvimento:

Criar ao nível operacional, através dos Polos do Mar e da sua dinamização, um espaço integrado de gestão orientado para a programação e ação, potenciando a complementaridade e a integração de dinâmicas sustentadas na identidade do território, considerando a natureza do tecido social e privilegiando a sua coesão. Estas iniciativas devem atender à promoção do desenvolvimento sustentável num contexto regional e local que permita a criação de um rede de interface Mar/Terra.

Entidade Coordenadora

Direção Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Economia (ME)

- Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT)
- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)
- Turismo de Portugal (TP)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Direção-Geral do Território (DGT)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (que coordena)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Direção-Regional de Agricultura e Pescas (DRAP)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Docapesca

Ministério da Educação e da Ciência (MEC)

- Secretaria de Estado do Ensino Superior (SEES)
- Secretaria de Estado do Ensino e da Administração Escolar (SEEAE)

Presidência do Conselho de Ministros

- Secretaria de Estado do Desporto e Juventude (SEDJ)
- Comunidades intermunicipais
- Municípios

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades

- Fórum Empresarial da Economia do Mar (FEEM)
- Agência Independente do Desporto e do Mar (AIDEM)
- Escola Náutica Infante D. Henrique (ENIDH)
- Universidades e outros centros de investigação
- FOR-MAR - Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar

Tarefas

1. Identificação da “comunidade” (território de referência, potencial e identidade);
2. Promover iniciativas de informação e sensibilização, visando gerar no próprio território sinergias de trabalho visando a sua estruturação e promoção conjuntas.
3. Modelo de desenvolvimento para o pensamento estratégico e a acção local;
4. Formulação da estratégia local;
5. Articulação de recursos e meios;
6. Edificação de capacidade de monitorização e avaliação;
7. Elaboração do plano de acção local (programas e projetos).
8. Animar os correspondentes programas de promoção, assentes nos conceitos de marketing e branding territorial.
9. Desenvolver iniciativas de partilha de experiências e boas-práticas.

Resultados Esperados

- Promover o papel da Regiões em torno das comunidades intermunicipais, permitindo que a sua afirmação seja feita em complemento ao papel das frentes urbanas ribeirinhas que são, por inerência da sua localização geográfica, e características demográficas (zonas de maior concentração populacional) os pontos de interface e distribuição entre o espaço marítimo e o interior.
- Promover a criação de Polos de Mar assentes nas comunidades estuarinas e litorais, enquanto entidade supramunicipal e numa rede de aglomerados urbanos e as suas frentes ribeirinhas.
- Maior visibilidade e efeito de atração para um determinado espaço territorial, e para todo o conjunto de atividades aí desenvolvidas em torno do mar ou limites geográficos com características similares.

Calendarização

2013-2014

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE - orçamento das entidades envolvidas

Financiamento Comunitário:
FCP (PROMAR), FEAMP, FEDER